



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 03 DE DEZEMBRO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Evaristo Carvalho

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento

Deolindo da Mata

Sebastião Pinheiro

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 20 minutos.

O Plenário procedeu à conclusão da apreciação conjunta e à aprovação, na generalidade das propostas de lei n.ºs 16 e 17/IX/11 — Orçamento Geral do Estado e Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2011. Nos debates, usaram da palavra, além dos Ministros das Obras Públicas e Recursos Naturais (Carlos Vila Nova), do Plano e Desenvolvimento (Agostinho Fernandes), das Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos), da Educação, Cultura e Formação (Olinto Daio) e da Saúde e dos Assuntos Sociais (Ângela Pinheiro), que responderam às questões, os Srs. Deputados Carlos Pinheiro (ADI), José Viegas (MLSTP/PSD), Levy Nazaré (ADI), José Diogo (ADI), António Barros (MLSTP/PSD), Sebastião

Santos (PCD), Edite Salvaterra (PCD), Hélder das Neves (MLSTP/PSD), Gil Costa (PCD), Domingos Boa Morte (ADI), Diolindo da Mata (MLSTP/PSD), Rafael Branco (MLSTP/PSD), Francisco Gula (PCD), António Ramos (MLSTP/PSD), José António (ADI), Idalécio Quaresma (ADI), Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), Eugénio da Graça (MDFM/PL), Idalécio Quaresma (ADI) e Alcino Pinto (MLSTP/PSD).

Em discurso de encerramento dos debates, usaram da palavra os Srs. Deputados Delfim Neves (PCD), Aurélio Martins (MLSTP/PSD), Hélder Paquete (ADI) e, por último, o Sr. Primeiro-Ministro (Patrice Trovoada).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 15 horas e 15 minutos.

Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão

Eram 9 horas e 50 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adelino Lourenço Pires **dos Santos**
Adérito de Oliveira **Bonfim** dos Ramos
Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
André Varela **Ramos**
Bilaine **Carvalho** Viegas de Ceita
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Cecílio **Quaresma** da Graça do Sacramento
Celmira de Almeida do **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Hélder **Paquete** Lima
Idalécio Augusto **Quaresma**
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
José António do Sacramento **Miguel**
José da Graça **Diogo**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça José **Narciso**
Mário **Fernando**
Martinho da Trindade **Domingos**
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
Paulo **Jorge** de Carvalho
Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Alcino Martinho de Barros **Pinto**
António Afonso **Ramos**
António **Monteiro** Fernandes
António Neves Sacramento **Barros**
Aurélio Pires Quaresma **Martins**
Carmelita Lima **Taveira**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Dionísio Fernandes **Leopoldino**
Domingos **Monteiro** Fernandes
Elsa Maria d' Alva Teixeira **Pinto**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d' Alva
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Hélder Afonso da Costa **das Neves**
Joaquim **Rafael** **Branco**
José da Graça **Viegas** Santiago
Joaquim **Rafael** **Branco**
Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**
Manuel Quaresma **Martins**
Maria **das Neves** Ceita Batista de Sousa
Silívia **Ambrósio** Gil do Espírito Santo

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Delfim Santiago das **Neves**
Filomena Maria de F. D. X. de P. **dos Prazeres**
Firmino João **Raposo**
Francisco Daniel **Gula**
Gil Mascarenhas da **Costa**

Sebastião Lopes Pinheiro
Sebastião Pires dos Santos Nascimento

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Eugénio António Sacramento da Graça

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos reiniciar o nosso trabalho de discussão na genialidade das propostas das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano económico de 2012. Ultrapassadas, penso, que foram as questões prévias, vamos prosseguir com os debates.

Fixámos para hoje o tempo habitual de uma plenária, ou seja, 300 minutos, distribuídos da mesma maneira. Portanto, proporcionalmente, 95 minutos para o Governo e para o Grupo Parlamentar da ADI, 78 minutos para o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, 27 minutos para o Grupo Parlamentar do PCD e 5 minutos para o único Deputado do Partido MDFM-PL.

Gostaríamos de alertar, mais uma vez, às Sras. Deputadas e os Srs. Deputados sobre o conteúdo da discussão na generalidade. O Regimento, no seu artigo 161.º, orienta que a discussão na generalidade de projectos ou propostas de lei deve versar, fundamentalmente, sobre os princípios e o sistema de cada um deles. Repito, princípios e sistema de cada um deles. Isto quer dizer que só na discussão na especialidade se admite questões como alocações de verbas e outras.

Queria também alertar aos Srs. Deputados para o preceituado no artigo 209.º do Regimento. Isto é, antes do termo dos debates, cada Grupo Parlamentar tem o direito de produzir uma declaração sobre as propostas. Igualmente, o debate encerra-se com uma intervenção do Governo.

Portanto, está aberta a reunião.

Pausa.

A partir deste momento, o Governo se quiser usar da palavra para fazer qualquer esclarecimento pode fazê-lo, assim como está aberta a inscrição para as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados procederem à inscrição para o uso da palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, é apenas uma proposta.

Tendo em conta que ontem já tínhamos esgotado todas as discussões e o Governo já tinha apresentado a Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE) corrigido, julgo que devíamos passar, imediatamente, à votação e não à discussão.

Murmúrios e protestos dos Deputados do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O Sr. Deputado está confiante, eh!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, para uma intervenção.

Já agora, gostaria que o Sr. Deputado se pronunciasse em relação à proposta que acabou de ouvir.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de desejar-lhes um bom fim-de-semana.

Acho que essa proposta não é responsável. Não o é porque colocámos um conjunto de perguntas e acreditem que ainda bem que fomos colocando estas questões ontem, que permitiram que o Governo fosse corrigir algumas coisas que estavam mal feitas. Isso é bom para o País, para o Governo e para todos nós.

Houve perguntas que foram colocadas, o meu Grupo Parlamentar colocou algumas perguntas, quando fiz intervenção coloquei algumas perguntas que ainda não tiveram resposta. É importante para o Governo e para nós que essas perguntas sejam respondidas, ou não? Se não, digam e então fica como monólogo. Quero perguntar-vos se é isso que o País quer. Quero perguntar-vos.

O Sr. Primeiro-Ministro tem a consciência de que não respondeu às perguntas todas que colocámos e é de interesse do Governo também que essas perguntas sejam respondidas.

Agora, chegar aqui e votar, então utilizem a maioria, votem, levem o Orçamento e realizem-no.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados: Permitam-me uma pequena intervenção, antes da própria discussão. Apenas como um pedido.

Ontem ficámos muitas horas aqui nesta Casa – e temos que ficar mesmo muitas horas, é nosso trabalho –, mas de facto não avançamos.

A oposição pediu correcções e insistiu nelas, quando o Governo e o Grupo Parlamentar da ADI defendiam que essas correcções teriam lugar na especialidade, de acordo com o Regimento. Foi um finca-pé e por volta das 17 horas, mais coisa menos coisa, insistiram no pedido de uma Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE) alterada, porque queriam trabalhar e quando o Governo se diligenciou e fez chegar a TOFE, as mesmas pessoas que defendiam tanto querer trabalhar pediram que adiássemos os nossos trabalhos para hoje, porque estavam cansadas. O País está à espera, o povo está à espera e hoje estamos aqui.

Por isso, gostaria de fazer um pedido, para não voltarmos outra vez a fazer o que fizemos ontem. Ficamos aqui, desculpem-me a expressão, num jogo de «gato e rato» para no final do dia marcarmos outra vez para segunda-feira. Temos que avançar, o País precisa de avançar.

Sr. Presidente, aproveito também para fazer um outro pedido. Recordo-me que no ano passado, na segunda reunião depois de sermos empossados, havia dito que nesta Legislatura devemos todos dar uma outra imagem à nossa Casa Parlamentar. Recordo-me de ter dito que estamos aqui para fazer jogo político e é aqui onde esse jogo deve ser feito. Todos os grupos parlamentares e o Governo, quando aqui é chamado, devem discutir os problemas que afectam o País e todos os assuntos relevantes para o desenvolvimento do mesmo. Havia também dito que essa discussão deveria fazer-se num nível mais alto. Há três níveis de discussão: discussão de ideias e de projectos, o primeiro; discussão de factos, segundo nível, e há um nível baixo, que é discutir pessoas e com uma linguagem imprópria. Ontem, na parte final, assistimos a essa tentativa de entrada nesse nível baixo por um Deputado, insultando os outros Deputados, com palavras impróprias e menos dignas para os Deputados.

Por isso, eu apelo, Sr. Presidente, que nessa sua nobre tarefa de presidir a Casa Parlamentar tudo possa fazer para que não voltemos à legislatura passada. Permitam-me dizer que foi uma legislatura que não dignificou a Casa Parlamentar nem os Deputados.

Se há pessoas ainda imbuídas desse espírito do passado, dessa linguagem que o povo assistiu na legislatura passada, peço que não voltemos a esse tipo de exercício parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Está registado o seu apelo, apelo que penso que deve ser dirigido ao Plenário. A Mesa procurará de facto conduzir os trabalhos dentro da disciplina regimental.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo** (Patrice Trovoada): — Sr. Presidente, há algumas perguntas que foram colocadas ontem e queria pedir ao Sr. Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais para poder respondê-las.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas, para responder às questões colocadas.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais** (Carlos Manuel Vila Nova): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

As perguntas a que me vou referir foram colocadas pelo Deputado do MDFM/PL, relativamente ao abastecimento de água às populações de Monta Alvão, Almas, Monta Alegre e São Fenícia.

De uma forma geral, o Abastecimento de água às populações tem sido uma grande preocupação para o Governo. Estamos a falar de um recurso que se escasseia, mas muitas vezes não temos a noção de que é esgotável.

Falando da zona do País que começa na parte sul da cidade de São Tomé, inicialmente estava previsto o abastecimento da zona verde até San Gabriel e depois a extensão até todas essas zonas, que seriam abastecidas pelo sistema de abastecimento de Água Amoreira IV. Só que se regista que até este momento em que falo Água Amoreira IV não consegue abastecer com 1 litro sequer de água o reservatório que depois viria a abastecer todo esse sistema. É um grande problema, sinal claro da situação que atravessamos, não só em São Tomé, mas particularmente o nosso caso, e levou a que a gestão de recursos se faça por outras vias, interrompendo e desviando o sistema de abastecimento de outras localidades, para que se possa fazer um abastecimento dentro do quadro que se considera razoável para aquelas zonas, enquanto o Governo, na medida do possível, continua a trabalhar numa solução duradoura para o problema.

Neste momento, posso dizer aos Srs. Deputados que temos todos os termos de referência e todos os trabalhos técnicos para o abastecimento daquela zona já concluídos. Não tendo sido possível fazer o lançamento este ano, será provavelmente a primeira coisa a se fazer no próximo exercício. Passará

pelo reforço e conclusão do sistema de abastecimento de água de Obô Longo, que tem a sua captação em Milagrosa e terá uma estação de tratamento completo. Em princípio, será um projecto para cerca de 18 meses, digo bem cerca, porque nessas coisas sabemos como é, pode haver ligeira variação.

Relativamente à questão levantada sobre os inspectores ambientais, é um dossier que estamos a seguir de perto. Esses inspectores foram formados com o apoio de Portugal e é um dossier que está em curso. As fases seguintes serão também tratadas e continua-se a trabalhar nelas. É um dossier que não teve interrupção.

Quanto ao pântano de Vila Maria, é um dossier que envolve outros ministérios e também será tratado. Está registado no quadro do nosso Ministério, sobretudo com o Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais. Há também um outro caso à saída da cidade, entrada do Distrito de Lobata, atrás do Campo de Milho, que também tem um outro pântano que será alvo do mesmo tratamento.

Quanto à estrada de Riba Mato a Sr. Paquete, além de ter tomado nota, é um assunto para a análise na especialidade e na altura poderemos falar melhor a respeito.

Penso que só eram essas questões, agradeço a vossa compreensão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sr. Presidente, o Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento também vai responder às questões que foram colocadas.

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento** (Agostinho Fernandes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Venho prestar esclarecimentos sobre uma preocupação que foi levantada pelo Deputado do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD António Barros, que fazia referencia à retirada de terras pelo Governo em algumas parcelas do Território nacional. Julgo que a questão foi colocada em moldes depreciativos, para um Estado como o nosso, cujo desenvolvimento passará necessariamente pela atracção de investimento estrangeiro directo.

O Sr. Deputado referiu que o Governo teria retirado terras a cidadãos são-tomenses para as entregar a estrangeiros. Na verdade o que se passou não é nenhuma inovação do actual Governo, nem poderá terminar com o mesmo, uma vez que todos nós sabemos que uma das vias do desenvolvimento do nosso país é a atracção do investimento directo estrangeiro.

As terras a que faz referência não foram entregues a um cidadão estrangeiro, mas a uma sociedade de direito são-tomense, constituída por investidores estrangeiros. Basicamente é a mesma coisa que aconteceu na Região Autónoma do Príncipe e que o Sr. Deputado teve aqui o cuidado de aplaudir, em relação às concessões que foram feitas à sociedade HBD Boa Vida. Portanto, no Príncipe, o governo regional entendeu que o desenvolvimento do Príncipe deve passar também, necessariamente, pela atracção desse tipo de investimentos e fez o que fez, dando a Roça Sundry a esse investidor, para investir na agricultura. Também foi o que, no passado, foi feito, quer em relação a Sundry quer em relação a Ribeira Peixe. A sociedade Agripalma que está hoje a operar em Ribeira Peixe e que também devia estar a operar em Sundry também faz parte desse tipo de iniciativas, concessão a investidores estrangeiros para investirem no nosso país.

Essas terras foram recuperadas não de forma aleatória, mas na base de uma inspecção que foi feita pelos técnicos do sector da Agricultura e que aconselharam o Governo, no sentido de que há um conjunto de terras completamente abandonadas e que devem ser restituídas à produção.

Quanto à questão das famílias que dependem dessas terras e da necessidade de se continuar a lutar contra a pobreza, mantendo essas pessoas nessas terras, posso dizer que não se luta contra a pobreza pelo simples facto de as pessoas terem concessão de terras. Luta-se contra a pobreza se as pessoas efectivamente trabalharem as terras e se as mesmas forem produtivas. Portanto, não era o caso da grande maioria das terras que foram recuperadas. Assim sendo, o Governo entendeu ser melhor para o País a concessão das mesmas a um investidor que tem capacidade financeira para investir e recuperar o cacauzal. Todas as pessoas do nosso país, pelo menos aquelas que são responsáveis, sabem qual é o nível de produção do cacau hoje, sabem o que foi no passado e sabem que temos uma necessidade imperiosa de fazer essa produção aumentar e a ideia que temos com o investidor é que nos próximos 9 anos possamos atingir um nível de produção de cerca de 6500 toneladas de cacau em São Tomé. É isso que motivou esta concessão de algumas parcelas de terra ao investidor.

Eu queria simplesmente apelar também ao Sr. Deputado e a outros que não devemos fazer política com tudo. Expressões que têm laivos de xenofobia para um país que precisa de atrair investimento estrangeiro directo não são aconselháveis por parte de dirigentes políticos, pelo menos em sessões públicas como esta, nem para um investidor que está a investir em São Tomé nem para um que esteja a investir na Região Autónoma do Príncipe. Não se trata de estrangeiros. São investidores estrangeiros que muitas vezes constituem sociedades e investem no nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, para facilitar até esta discussão, já que o Sr. Ministro estava a falar, gostaria que ele nos dissesse como é que fica o recenseamento de 2012. Tinha sido levantada a preocupação aqui. Não estando no OGE nem nas GOP, como é que vai ser? Há despesas ou não com o recenseamento geral da população?

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sr. Presidente, o Sr. Ministro das Finanças é que vai responder a esta questão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, realmente aquando da preparação do Orçamento não havia ainda informações exactas sobre a necessidade de verbas para o financiamento do recenseamento. Essas informações chegaram posteriormente e nós já nos diligenciamos no sentido de, na especialidade, incluirmos essas despesas, tirando de um outro capítulo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Isso é importante, mas, Sr. Ministro, no Orçamento de 2011 estava. Não se sabe como é que o mundo se desenvolve, eu acredito que as coisas vão se agravando, mas pelo menos o custo, aquilo que estava previsto para o ano passado, no mínimo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo, para uma intervenção.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Sr. Presidente, só queria lembrar o seguinte: ontem, na sessão da tarde, esta questão tinha sido colocada pelo Sr. Deputado José Viegas e o Sr. Ministro acabou de responder exactamente aquilo que tinha dito ontem. Até fez ver que havia a possibilidade de esse problema ser colmatado, tendo em conta que se constatou algum erro no seio do Orçamento. Disse também ontem que, na especialidade, ia encontrar uma forma de colocar, digamos, essa preocupação no Orçamento. Portanto, não vejo porque é que se trouxe de novo esse problema aqui, quando já o tínhamos discutido ontem. O Sr. Presidente e também os outros membros presentes se lembram que já tínhamos discutido esta questão ontem.

Entretanto, o Sr. Deputado José Viegas pede a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para direito a resposta.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Vice-Presidente, gostaria de dizer-lhe que o respeito bastante, mas a minha intervenção em relação a isso foi porque o Sr. Ministro disse aqui que não tinha dados suficientes para propor uma verba. Foi dito aqui pelo Sr. Ministro. Nesse sentido, eu disse: «Sr. Ministro, pelo menos os dados do ano passado».

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, continuo a insistir na minha proposta. Não havendo mais intervenções, não há matéria para discussão, já esgotamos, então, sugiro que passemos à votação, porque hoje é fim-de-semana.

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros, para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Ouvei o meu colega dizer que o debate se esgotou e fui obrigado, rapidamente, a pedir a palavra...

Risos gerais.

...porque algumas questões que tinham que ser respondidas de forma mais clara pelo Governo não foram respondidas.

Em relação à preocupação sobre o navio Luana, o Sr. Primeiro-Ministro já afirmou categoricamente que o navio não será autorizado a transportar mais de seis passageiros...

Protestos do ADI e do Governo.

... ouvi e o povo do Príncipe também. Isto significa que o sofrimento desse povo vai aumentar. Agora, o que quero saber é que alternativa o Governo tem para aliviar o sofrimento do povo nesta matéria.

Sr. Primeiro-Ministro, o povo do Príncipe também quer saber se o seu governo vai ou não subvencionar o preço do bilhete das passagens, cumprindo assim esse compromisso, que ninguém quer que se fale, mas vou falar sempre, que está assinado, assumindo desta forma o custo da dupla insularidade, da descontinuidade geográfica, que deve ser imputado – ínsito nisso – ao Estado são-tomense e não ao povo do Príncipe. Portanto, é necessário que o Governo diga claramente se vai ou não assumir a subvenção do preço das passagens.

Decidi, enquanto estiver aqui nesta Assembleia, não entrar em debates com os Deputados, porque se estamos aqui para resolver os problemas do povo, tenho preocupações do povo e as coloco ao Governo. Portanto, não me interessa estar em debate com os Deputados. Tenho questionado o Sr. Primeiro-Ministro, enquanto Chefe do Governo. Quando for necessário, vou questionar o Sr. Secretário de Estado para a Juventude e Desporto, porque também temos muitos problemas e algumas injustiças em relação ao desporto; quando for necessário vou questionar o Sr. Ministro da Educação e Cultura, também temos problemas, e todos os outros Ministros.

Ontem, o Sr. Deputado Levy Nazaré disse: «o Deputado está cá a falar de Príncipe, Príncipe, Príncipe». Acho que o Sr. Deputado devia ser mais claro e dizer: «o Deputado está a exhibir um documento de que eu fui jurista», para as pessoas saberem que o Sr. Deputado foi jurista desta pouca vergonha.

Protestos do ADI e do Governo e risos do MLSTP/PSD e do PCD.

Por outro lado, também gostaria de dizer ao Sr. Deputado que falou de regionalismo que é necessário saber se somos regionalistas ou se o comportamento e a atitude do Governo Central é que nos obrigam a sê-lo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, apelo mais uma vez para que as intervenções incidam verdadeiramente sobre o objecto em discussão, portanto, a discussão na generalidade das propostas do OGE e das GOP.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de recolocar três perguntas que tinham sido feitas por mim aqui ontem, mas antes vou fazer uma observação em relação à classificação que tinha dado ao Governo. Entendam que é percepção geral que uma equipa de futebol pode estar a perder sempre, mas ter muito bons jogadores. Numa equipa de 11 jogadores pode haver quatro que sejam muito bons, muito brilhantes, mas a equipa perde sempre.

Sr. Primeiro-Ministro, eu tinha colocado três perguntas e vou dizer-lhe, francamente, que o único móbil que me move a fazer as perguntas é o sentimento de justiça, de coerência e de respeito às leis. É só neste quadro que faço as perguntas. Entendam que é só neste quadro!

Sr. Primeiro-Ministro, a primeira pergunta que vou fazer é dirigida a si, não porque tenho alguma coisa contra si, mas é porque o senhor é Chefe do Governo e é neste sentimento que faço a pergunta. Eu tinha falado da questão das viagens. O senhor tem muitos amigos, todos aqui temos amigos e ninguém pode estar contra quando um amigo nos ajuda. Agora, há coisas que são de Estado. Quando estamos investidos de funções de Estado, temos que ter clarificação sobre algumas questões que são muito precisas. As viagens são feitas, correcto. Agora, estou a perguntar se o Estado são-tomense suporta ou não os custos com essas viagens. É só dizer sim ou não. Se sim, onde é que estão registados. É só isso e é de lei.

Falei da questão do aumento salarial. Peço a indulgência do Governo que me responda a esta pergunta que acabei de colocar e a que vou colocar a seguir. Se houve aumento salarial, com que base legal foi feito?

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Sebastião Santos está inscrito e pode usar da palavra, se assim entender.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: A minha intervenção, como sempre, é feita no intuito de ajudar. Na primeira intervenção que fizemos aqui, dissemos que queremos dar a nossa modéstia contribuição. Nós, o Grupo Parlamentar do PCD.

Ora, levantámos variadíssimas questões e, no decorrer do tempo, as pessoas foram notando que, efectivamente, tínhamos e temos razão. Prova disso é a tentativa que se teve de encontrar um *modus vivendi*, ou seja, uma saída possível para o problema. As informações que nos foram dadas é que de facto se reconheceu o erro e que era preciso tentar equilibrar e compatibilizar a proposta de lei orçamental e a TOFE. A TOFE é a descrição de todas as operações que envolvem o Estado no ano económico, quer sejam receitas quer sejam despesas com ou sem amortizações. As amortizações constituem obrigações e, de alguma forma, é preciso legalizar essas obrigações, porque estamos num Estado de direito democrático. Isso não é a nossa vontade, é constitucional e no Estado de direito democrático há a primazia da lei.

Ora, era preciso compatibilizar o tecto orçamental com a TOFE. Essas duas coisas têm que andar de mãos dadas permanentemente. Logo, era preciso compatibilizar as duas operações.

Gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados e do Governo, porque apresentamos as GOP e o OGE na base da lei são-tomense, a lei nacional, a lei do País, hoje a Lei sobre o SAFE, que parece ser o instrumento fundamental, aliás, o próprio documento se apoia nela. Vamos ao que diz o artigo 17 desta Lei: «Os compromissos resultantes das leis, tratados ou contratos já firmados pelos órgãos e instituições do Estado que envolvam despesas em mais de 1 ano económico deverão apresentar o escalonamento plurianual dos respectivos encargos, associado ao respectivo enquadramento orçamental, para que a liquidação do encargo esteja garantida no saldo da dotação do próprio ano em que for determinado o pagamento do referido montante escalonado». Ora, o expediente que foi feito ontem resolve uma parte do problema. Resolve a parte do equilíbrio da proposta de lei orçamental e da TOFE. Volto a repetir, equilibrámos a proposta de lei orçamental e a TOFE. Porém, fizemos uma coisa: colocámos, a jusante, o fundo HIPIC, sem que, a montante, tivéssemos os tais desembolsos que precisamos. O termo até é correcto, é...

Murmúrios.

não me vem agora a terminologia...

Vozes: — Amortizações.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — ah, as amortizações! Portanto, não colocamos as amortizações, que permitiriam, a jusante, ter o fundo HIPIC. A preocupação que tenho é a seguinte: como vai o Governo honrar estes compromissos, não estando legalmente autorizado pela Assembleia a fazê-lo? Porque a única forma legal de a Assembleia o fazer é aprovar o orçamento que o Governo retirou da TOFE. Quer dizer, já não consta nas operações financeiras as amortizações. Isto é, a Assembleia não estará a autorizar a amortização. A pergunta que faço ao Governo é como pensa fazê-lo. Será que de facto há um outro orçamento paralelo? É a pergunta que deixo.

De qualquer das formas, é bom que comecemos a reflectir sobre as coisas. Todos nós!

Gostaria de chamar atenção a esta Casa Parlamentar, porque, aprovando este Orçamento tal como está, estaremos a incorrer na violação dos preceitos legais existentes, o que pode consubstanciar a inconstitucionalidade desta norma jurídica, isto é, do actual OGE. Por isso, desde já, exorto a todos, aos demais interventores neste processo, a se acautelarem e pronunciarem devidamente.

Exorto também à sociedade, porque esta é uma questão importantíssima. Não sou especialista. Disse aqui que aprendemos, e eu pessoalmente sou amante do saber, mas exorto à sociedade, aos economistas, aos gestores e aos especialistas nesta questão a promoverem um debate nacional para conhecermos, nós que não somos especialistas, o verdadeiro caminho a seguir. A réplica é lançada, a exortação é feita!

Sr. Primeiro-Ministro, dissemos aqui que deve haver compatibilização entre as GOP e OGE, ou seja, mediante políticas que pretendemos levar, adoptamos verbas orçamentais para a realização dessas políticas. Não há essa compatibilização, o que vai dificultar, inclusive, a própria fiscalização posterior, mas isso é um outro problema.

É preciso chamar a atenção, porque das duas, uma: ou compatibilizamos as preocupações das GOP a dotações orçamentais, ou alteramos as GOP para adequá-las, ou então alteramos as respectivas dotações orçamentais sectoriais e locais, para compatibilizar com o que temos efectivamente colocado nas GOP.

Ora, também levantámos um outro assunto. A situação da população e do País. O País está em crise. Não é só o País, é verdade que decorre também do contexto internacional, mas quando alguém está em crise tem que ter o maior cuidado ainda com a gestão que faz dos fracos recursos que tem. Neste Orçamento, na opinião do Grupo Parlamentar do PCD, deveríamos preocupar-nos com situações mais prementes que tocam a todos, a população, com questões ligadas à educação e à saúde, mas o que encontramos é a duplicação da verba dotada para viagens. Vamos então dizer exactamente o que está no Orçamento. Temos...

Vozes do ADI: — Isso é uma questão para a especialidade.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — ...encargos com viagens, TOFE, página 1, programação de 2011.

O Sr. **Mário Fernando** (ADI): — Sr. Deputado, estamos na especialidade agora?

Risos do Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Quando costumo a rir as pessoas ficam zangadas! É que a interpretação na generalidade do Orçamento é justamente para trazer os grandes aspectos. Repare bem, não fui ainda ao próprio sector. Estou nos itens globais!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Pois claro!

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Então chumbem e já!

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Itens globais! Meus amigos, sejamos amantes do saber...

Risos do ADI e do Governo.

O Sr. **Manuel Narciso** (ADI): — *Bô sca samá non bluto não é?*

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Não, não chamei burro a ninguém!

O Sr. **Manuel Narciso** (ADI): — O senhor está a dar-nos aulas agora?

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Continuando, Dbs. 8 688 000 000 00 (oito mil milhões, seiscentos e oitenta e oito milhões de dobras); a execução de 2011, Dbs. 8 455 000 000 00 (oito mil milhões quatrocentos e cinquenta e cinco milhões de dobras). A programação para 2012 saiu de 8 mil milhões para Dbs. 016 022 000 000 00 (dezasseis mil milhões e vinte e dois milhões de dobras). É aí que temos que ver qual é a opção do Governo, o que é que o Governo pensa e qual é a sua política.

Portanto, para 2011, a leitura que faço do Orçamento é que o Governo está a priorizar as viagens em detrimento de sectores que entendemos que a realocação das verbas se deveria processar, nomeadamente Saúde e Educação. Isto, na nossa perspectiva, pode não ser vossa opção. É uma questão de opção. A nossa opção é que a alocação seja feita para os sectores da Saúde e da Educação. Essa mesma situação é vista também nas comunicações.

Portanto, são estes aspectos que são deveras importantes e que devemos ver.

Outra coisa que foi dito e que queríamos saber de facto, com provas, é como conseguir mais 7,5 milhões de dólares de Taiwan. Se existem empréstimos, em que condições esses empréstimos são feitos? Gostaríamos de saber.

Uma voz do ADI: — Sr. Deputado, calma!

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Temos muitas dificuldades em fazer a análise orçamental, porquê? Porque uma grande parte, ou a parte essencial dos orçamentos das empresas públicas e institutos com autonomia administrativa e financeira – a questão é da autonomia administrativa e financeira – não nos é apresentada. E pior, vamos recorrer a um crédito ao Banco Central e não temos o orçamento do Banco Central, assim como não temos o da Segurança Social e de várias instituições, que já há muito vimos pedindo. Sem esses anexos, sem esses orçamentos, é difícil fazer uma interpretação e uma leitura real do próprio Orçamento.

Outra questão que gostaríamos de ver é, por exemplo, na Agricultura as dotações que existem estão viradas para infra-estruturas. É bom, sim senhor, mas não encontramos qualquer correlação com os próprios meios de produção, insumos! O que é que o Governo pensa a esse respeito? Não estamos contra as infra-estruturas, nem podemos estar, mas apenas entendemos que só o investimento nas infra-estruturas, descuringando os meios de produção, especificamente os insumos, cria uma grande dificuldade.

Outra questão que gostaríamos de colocar tem a ver com o esforço que é feito para conseguir financiamento externo, direccionado ao sector privado. Não entendemos a opção do Governo em colocar esses financiamentos justamente na Secretaria de Estado da Juventude e Desporto. Não sabemos exactamente como enquadrar esta Secretaria, para estruturar o financiamento ao sector privado, que fica ao encargo desta e do Ministério do Plano e Desenvolvimento. Portanto, achamos que

é preciso a colocação no sítio devido, para que haja uma arrumação financeira e um controlo efectivo destas actividades.

É o que, neste momento, gostaríamos de trazer e desejamos obter respostas.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, podemos continuar a ouvir mais, ou o Governo pretende agora dar alguns esclarecimentos, para depois prosseguirmos?

Vozes do MLSTP e do PCD: — Vamos ouvir primeiro algumas explicações do Governo.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sr. Presidente, o Sr. Ministro das Finanças vai responder a algumas questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vim cá responder a algumas questões levantadas pelos Srs. Deputados, nomeadamente José Viegas e Sebastião Santos. Não obstante considerar que algumas delas são de fórum da especialidade, é bom que comecemos aqui a esclarecer as coisas.

O Sr. Deputado José Viegas levantou a questão do aumento salarial que foi feito no ano passado e questionou o porquê de o Governo não o trazer à Assembleia.

Quero dizer que a matéria de aumento salarial, em termos de aumento e determinação do salário mínimo, é da competência do Governo e o mesmo fê-lo através de um decreto. O artigo 8.º da Lei n.º1/97 diz que o Governo, ao estabelecer o salário mínimo através dos índices, consegue determinar o salário. Portanto, é esse instrumento que o Governo utilizou para proceder ao aumento salarial. Lei n.º1/97, artigo 8.º, ponto 2. Tem sido feito assim desde a criação do sistema remuneratório.

Foi levantada também a questão sobre as despesas de deslocações do Sr. Primeiro-Ministro. Essas despesas estão registadas e podem ser confirmadas. Aliás, temos o sistema com as deslocações detalhadas e elas podem decifrar os montantes para cada Ministério, para cada sector e para o que, concretamente, se pagou no âmbito dessas despesas.

O Sr. Deputado Sebastião Santos trouxe de novo a questão que foi discutida ontem e depois disse que não veio na TOFE o valor da amortização. Está sim, mas tinha que baixar ao longo da TOFE até a parte final. A parte final tem a amortização, menos 120 mil milhões e isso é, exactamente, aquilo que está na estrutura do anexo da lei que apresentamos.

Em relação à questão de algumas despesas que cresceram, nomeadamente a de deslocação e as de comunicações, posso dizer que as despesas desta última cresceram, porque pusemos no Orçamento, tal como água e energia, valor suficiente para pagar todas as despesas de comunicação. Sabe-se que temos tomado algumas medidas em relação a despesas de comunicação, mas infelizmente ainda existem algumas bolsas de resistência em relação à utilização dessa despesa. Não obstante termos limitado o acesso a determinadas categorias, ainda há algumas bolsas de resistência, o que faz com que de vez em quando nos apareçam facturações a serem pagas que já tínhamos tomado medidas no sentido de cortar. Então, estamos a programar aquilo que realmente pensamos que vamos pagar no próximo ano. Vamos continuar a tomar medidas no sentido dessa diminuição, mas estamos a programar esse montante.

Em relação às despesas de deslocações, fizemos uma revisão sim, porque achamos que há acções que devem ser feitas, principalmente nalguns sectores que merecem algumas deslocações, algumas formações neste âmbito.

Quero dizer ao Sr. Deputado que as despesas correntes não cresceram ao mesmo ritmo de receitas correntes. Por isso é que estamos a tender para um saldo primário inferior ao do ano 2011. Estamos a aumentar as despesas correntes em 14,3% e receitas correntes em 18,1%. Portanto, aqui a opção em relação às diferentes categorias é para operacionalizar e fazer funcionar a administração. Tomamos essa medida depois de vermos no terreno aquilo que se pode fazer. Portanto, isso é uma opção do Governo.

Em relação à afectação da verba na Secretaria do Estado, também é uma opção do Governo, porque pensamos que estamos a mobilizar 2 milhões de dólares para o sector privado; 1 milhão de dólares pusemos no Plano e Desenvolvimento, que consideramos para apoio ao sector privado e há 1 milhão de dólares que queremos direccionar, especificamente para a camada jovem, para apoiar a iniciativa jovem. Neste sentido, a opção está no Instituto da Juventude, mas esse dinheiro será transferido a um banco que fará, portanto, a política de crédito especial para os beneficiários. Portanto, isso é uma opção do Governo e está inscrita porque a ideia é essa.

Murmúrios do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Desculpe, Sr. Presidente, não percebi muito bem.

Sr. Ministro, o senhor me disse que a questão, relativamente a amortização, está, mas a amortização é para pagar! Pagamento não se faz de forma negativa! Por isso é que estou a perguntar ao senhor se é para pagar, paga menos 120 mil milhões como? Para pagar a uma pessoa não pago negativamente! Como é que o senhor paga menos 120 mil milhões? Não percebi isso.

Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD e do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Edite Salvaterra, para uma intervenção.

A Sra. **Edite Salvaterra** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, tenho de ser muito rápida.

Em jeito de humor, o Sr. Ministro da Educação não está cá, ele diria «pronto, lá vem essa senhora falar da educação». Pois, falarei sempre e sempre porque vimos aqui o que está nas GOP, como já foi visto no parecer, que a educação está cada vez a degradar-se. No Ensino Básico, muitas crianças passam sem saber escrever, fazendo rabiscos. Até a 5.^a classe uma criança ainda faz rabiscos. Como é que vamos passar com a nossa educação, com a educação das nossas crianças?

Quando trabalhava com a na 1.^a classe, não podíamos passar crianças que fazem rabiscos para a 2.^a classe, mas hoje está-se a passar crianças da 5.^a fazendo rabiscos. Aonde é que vamos chegar com isso? Os professores têm que passar alunos, sabendo ou não. Aonde é que vamos chegar com isso? Quem é que vai ser o nosso sucessor? Essa avaliação está a ser muito prejudicial para as crianças.

Venho cá porque estou a transmitir mensagem de pais, encarregados de educação e professores. Há professores que estão mesmo tristes com essa situação. Não podemos continuar com essa situação do Ensino Básico. Está uma calamidade! Muitos Deputados sabem, tanto os do Grupo Parlamentar do PCD, como os do ADI e MLSTP/PSD. Toda gente sabe que a educação está péssima! Não podemos continuar com isso. Este é um aspecto.

Outro aspecto que venho falar agora é a respeito do Acordo Ortográfico. Vimos que desde Janeiro que a RTP tem vindo a transmitir notícias, obedecendo ao Acordo Ortográfico em vigor. Parece-me que esta matéria já foi ratificada, mas ainda não temos orientações se escrevemos com a ortografia actual ou a antiga. Para nós, os professores, isso leva-nos ora a escrever a actual, ora a antiga e isto contradiz muito o ensino. Gostaria que o Sr. Ministro orientasse os professores sobre que ortografia adoptar daqui para adiante.

Outro aspecto é a respeito do desporto. Há bem pouco tempo tínhamos um movimento à volta do desporto. Até havia um *slogam* que era a «onda da vitória», que mobilizou muita gente e tocou no coração de muitos, mas passado algum tempo essa «onda da vitória» transformou-se na desonra da vitória!

Murmúrios e protestos do ADI.

Porquê digo isso? Porque as poucas infra-estruturas que temos, campo de futebol, em vez de as aproveitarmos como campo de futebol, distribuímos para as pessoas extras fazerem a sua casa. Isto está a acontecer na Trindade, especificamente na zona de Uba Budo. Havia lá um campo que foi destinado para o futebol, até a dona Hortênsia é que cedeu o terreno, e hoje o terreno está para uma outra pessoa...

Murmúrios do MLSTP/PSD e do PCD.

... quando mesmo que esse campo não sirva de campo de futebol, acho que há naquela zona muitos jovens que querem ter, por exemplo, um centro de recreio. Porquê não dar esse campo aos jovens, que se vai dar a um outro? Porquê?

A seguir vou falar de...

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Sra. Deputada, o tempo do seu Grupo Parlamentar esgotou-se.

A Sra. **Edite Salvaterra** (PCD): — Deixem-me falar, porque ainda não falei. Muita gente já falou e tenho que falar!

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada, só queria alertá-la que o tempo do PCD está a esgotar-se. Peço que resuma a sua intervenção.

A Sra. **Edite Salvaterra** (PCD): — Sr. Presidente, já não posso falar?

O Sr. **Presidente**: — Conclua, se faz favor.

A Sra. **Edite Salvaterra** (PCD): — Gostaria de ser esclarecida a respeito da construção da estrada de Margarida Manuel, que o Sr. Primeiro-Ministro prometeu à população e não está contemplada no OGE. Gostaria de saber o que é que o Sr. Primeiro-Ministro tem a dizer sobre isto.

A seguir, quero falar a respeito da arrogância deste Governo. Este Governo é muito arrogante e não pode ser! O Governo tem de ser dialogante! Todos somos pobres e a pobreza em São Tomé e Príncipe não pode ser com essa arrogância! Não sei onde as pessoas foram buscar isso. Há tanta arrogância nas pessoas e não sei porquê!

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria que as pessoas fossem mais simples e mais humildes, porque isso de arrogância não nos leva a parte nenhuma!

Era apenas isso.

O Sr. **Presidente**: — Temos em seguida o Sr. Deputado Hélder Afonso do MLSTP/PSD, mas queria fazer a indicação do tempo que ainda resta a cada grupo parlamentar, no sentido de saberem geri-lo.

Neste momento, o Grupo Parlamentar da ADI tem 90 minutos, o do MLSTP/PSD tem 71 minutos, o do PCD tem ainda 3 minutos, o Sr. Deputado do MDFM-PL tem os seus 5 minutos e o Governo tem 80 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder.

O Sr. **Hélder Afonso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, tenho algumas preocupações que têm a ver com os sectores da Educação e Comunicação Social, com relação ao Distrito de Lembá.

Nesse sentido, foi construída uma escola primária ao lado do Campo de Futebol Clube de Neves e ela tem algumas necessidades. Tem a ver com a falta de água, falta de cozinha, de refeitório e isso impossibilita que os alunos façam as refeições na mesma escola. Têm que sair da escola construída para outra escola, que é a escola primária do centro, correndo riscos na travessia da estrada, para fazer essa refeição ou qualquer necessidade. Não sei se isso tem a ver com o empreiteiro, ou com alguma irregularidade, mas chamo atenção ao Governo para ver essa questão, porque no Orçamento não vejo abordada esta questão.

Outra questão também tem a ver com Santa Catarina. A Vila de Santa Catarina tem cerca de 150 alunos que se deslocam de lá para a Cidade de Neves, para estudarem de 8.^a a 9.^a classe e só há um autocarro da Câmara de Lembá que faz esse expediente. Cerca de 12 viagens por dia, para trazer esses alunos de Santa Catarina. Certamente, essa questão já foi posta ao Sr. Ministro da Educação e até então não se resolveu. Os pais é que suportam esses custos, porque só um autocarro não consegue fazer todo esse expediente. Por isso chamo atenção do Governo, no sentido de alocar uma viatura, ou um transporte escolar para poder fazer face a essas situações.

Eu estava para levantar esta questão antes da discussão do OGE, mas devido esses constrangimentos todos de os Deputados terem que se inscrever antes do período prévio à ordem do dia, só a trago agora.

A segunda questão tem a ver com a comunicação social. A rádio na vila de Santa Catarina tem gravíssimos problemas. Não só a rádio como também a televisão. Não se escuta a rádio, sobretudo ontem e hoje, nem a rádio nem a televisão funcionam. O Governo tem que arranjar uma solução para isso, colocar outro painel ou uma bateria, para melhorar essa situação, porque são pessoas que precisam e vivem numa situação um pouco alarmante com relação a essas questões.

Chamo a atenção do Governo para realmente dar atenção a essa zona, que muito merece.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção. Tem que ser resumido e rápido, porque tem apenas 3 minutos.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, se tenho que ser rápido, permita-me que diga apenas bom dia.

Venho para defender directamente o meu distrito. Eu queria falar também do âmbito nacional, mas vou entrar directamente no meu distrito e se restar tempo poderei falar de outros assuntos. Venho aqui para fazer alguns apelos ao Governo. Há alguns Deputados do grupo parlamentar que sustenta o Governo, que foram eleitos em Cantagalo, e não só, no elenco governamental os Srs. Ministros de Plano e Desenvolvimento e da Defesa Nacional, fizeram campanha em Cantagalo e o Sr. Ministro de Plano e Desenvolvimento foi eleito Deputado pelo Círculo Eleitoral de Cantagalo. Eu pergunto, qual é a política do Governo para o Distrito de Cantagalo? Pelo que se apercebe aqui nesta Casa, ou pelo menos por parte do Governo, São Tomé e Príncipe apenas se circunscreve aos distritos de Água

Grande, Mé-Zóchi, Lembá e Região Autónoma do Príncipe. Quase ninguém fala de Cantagalo. Os senhores se esquecem que Cantagalo existe e que tem uma população que votou também maioritariamente no Partido ADI, porque foram lá pedir votos.

Eu não sou especialista na interpretação do Orçamento, mas não vi investimentos para esse distrito. Os outros governos fizeram alguma coisa no referido distrito. Temos lá estradas que os outros governos fizeram. Qual é o investimento deste Governo? Prometeram ao povo alguma coisa. O que é que meteram no Orçamento para esse povo de Cantagalo?

Sr. Deputado Domingo Boa Morte, meu cunhado, qual é a sua defesa a favor do povo de Cantagalo?

Fala-se muito de água. O Ministro das Finanças e de Cooperação Internacional pertence ao Distrito de Lobata e ultimamente o Governo lançou um projecto grandioso para o abastecimento de água à população de Lobata e parte da população de Água Grande. O que é que estão a fazer para Cantagalo? O povo de Cantagalo também padece de problema de água. Ultimamente viemos apanhar água até a cidade e o Sr. Deputado sabe disso. Qual é a sua advocacia junto do Governo para que a população de Cantagalo possa também ver esses problemas resolvidos?

Risos gerais e aplausos do Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Deolindo da Mata, Secretário da Mesa, quer usar da palavra e segundo o Regimento ele tem que abandonar a Mesa e ocupar lugar na respectiva bancada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, apenas venho invocar o Regimento. Na ausência do Secretário temos o Vice-secretário. Está cá na Sala o Vice-secretário e assim acho que o Sr. Presidente deveria chamar o Vice-secretário.

O Sr. **Presidente**: — O Vice-secretário Adlander não está, o segundo Vice-secretário avança.

Tem a palavra o Sr. Deputado Deolindo da Mata, para uma intervenção.

O Sr. **Deolindo da Mata** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de solicitar-lhe apenas duas questões. A primeira tem a ver com a construção da ponte de São Nicolau, no Distrito de Mé-Zóchi. Vi no Orçamento de 2011 uma verba no valor de Dbs. 7 350 000 000 00 (sete mil milhões, trezentos e cinquenta milhões de dobras) para construção da mesma ponte. Vejo agora neste Orçamento há uma verba no valor de Dbs. 3 242 794 000 000 00 (três mil milhões, duzentos e quarenta e dois milhões, setecentos e noventa e quatro mil dobras) para construção desta mesma ponte. Volto a repetir, para construção desta mesma ponte. Portanto, preciso de um esclarecimento um pouco mais detalhado sobre isto.

A segunda questão, Sr. Primeiro-Ministro, tem a ver com a construção de um centro de saúde para o Distrito de Mé-Zóchi. Vi no Orçamento de 2011 uma verba de 4 biliões de dobras para a construção do centro de saúde do Distrito de Mé-Zóchi. Sr. Primeiro-Ministro, eu confesso-lhe que na altura que vi isso fiquei muito satisfeito, pelo facto de o seu Governo ter percebido que o segundo distrito mais populoso do País precisa de um centro de saúde como aquele que o Governo pretendia construir, mas a verdade é que fiquei à espera e até este momento não se construiu e não vejo inscrito nesse Orçamento. Daí que eu pergunto a si, Sr. Primeiro-Ministro, será que não é opção do seu Governo construir o tal centro de saúde para o Distrito de Mé-Zóchi?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco, para uma intervenção.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, desculpe-me. Era só para rectificar uma questão. Em vez de dizer reabilitação, se calhar falou-se duas vezes de construção. A questão é reabilitação. São Dbs. 7 350 000 000 00 para a reabilitação da ponte de São Nicolau e agora está no Orçamento 3 mil milhões, trezentos e tal milhões para construção do mesmo centro.

Sr. Ministro de Finanças e Cooperação Internacional, notó com satisfação que no Orçamento está incluído a verba de 2 milhões para apoio ao sector privado. Acho que no momento actual trata-se de uma medida que se adapta às necessidades que o País tem. Agora, respeitando como devo a opção do Governo, tendo em conta até alguns trabalhos que o Ministério das Finanças e de Cooperação Internacional já tem efeito e considerando que o Sr. Ministro das Finanças e de Cooperação Internacional disse que 1 milhão estará num banco, mas afecto à Secretária de Estado e da Juventude, gostaria só de exprimir a minha opinião. Acho que seria bom e teria melhor resultado se estivessem concentrados no ministério que se encarrega do sector real da economia, que tem preparado um modelo institucional e regulamentar para isso. Depois eu vejo aqui uma questão de coordenação das

intervenções. Pode acontecer que enquanto a parte que está no Ministério de Desenvolvimento vai numa direcção, a parte que está na Secretaria da Juventude, através do banco vai noutra direcção.

Eu penso que uma concentração desses recursos no quadro do Ministério de Plano e Desenvolvimento ou melhor ainda no quadro de uma instituição vocacionada para dar esses apoios, teria melhores resultados. Como eu digo, é uma opinião, porque as dinâmicas depois que se instalam podem não permitir todo o proveito dessa iniciativa. Fica a opinião.

Outra questão que penso que poderemos ponderar, só a levanto novamente, porque vamos discutir e aprovar a lei na generalidade e depois já não será possível retomá-la na especialidade, como tinha dito ontem, estamos perante uma situação que é a seguinte: há alguns anos, tentamos adequar os salários da função pública à grelha que está no Estatuto da Função Pública, porque os sucessivos governos, perante a pressão social, incidiram, naturalmente, nos escalões mais desfavorecidos, isto é, aqueles que recebiam menos e tentou-se recentrar isso em 2009/2010. O Sr. Ministro das Finanças e de Cooperação Internacional sabe disso, mas por pressão de circunstâncias os aumentos têm incidido mais nos escalões mais baixo. Daí que quem fica um pouco afectado com isso são escalões dos quadros técnicos. Assim sendo, volto à ideia que eu tinha aventado e só para estudo. Penso que o rendimento desse sector de quadros técnicos é afectado pelo nível do IRS que têm de pagar. Portanto, por um lado, beneficiam menos dos aumentos que o Estado faz e, por outro lado, em termos de IRS, pagam mais que os escalões menores.

Confesso que não tenho aqui todos os dados, porque era preciso tê-los, e estava a ponderar se poderemos vir a trabalhar num cenário onde o IRS desses escalões que agrupam os quadros técnicos sofresse alguma diminuição, não estou em condições de dizer quanto, e para avaliar que impacto tem. É verdade que se reduzirmos isso estaríamos a reduzir as receitas e teríamos problemas, mas a minha ideia é que compensássemos essa redução de receitas que eventualmente houvesse com o aumento de alguns outros impostos que são mais selectivos. Eu estava a pensar, por exemplo, no imposto automóvel. Portanto, era qualquer coisa que eu queria deixar para a reflexão do Governo, porque de facto maior parte da retracção económica que temos resulta de as pessoas não terem rendimento. O que ganham vai no básico e resta muito pouco para proceder a outro tipo de consumo.

Eu queria deixar isso à consideração do Governo.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Francisco Gula está inscrito para usar da palavra, mas eu queria dizer que o PCD já não tem tempo, bem, tem 1 minuto.

O MLSTP/PSD transfere 10 minutos para o PCD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gula.

O Sr. **Francisco Gula** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sra. e Srs. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Gostaria primeiro de fazer uma chamada de atenção. Ouvi ontem um dos Srs. Deputados dizer, e disse bem, «tem de deixar de haver esses discursos regionalistas aqui no Parlamento. O Deputado que disse isso exprimiu bem, falou o que sente, porque a região Autónoma do Príncipe tem vindo a ser proclamada. Quando falamos aqui do Príncipe, falamos com uma certa razão, porque tem a ver com o tratamento que o Governo central tem dado ao Príncipe. Enquanto se mantiver assim, estaremos aqui para falar do Príncipe, embora sendo Deputados nacionais, porque conhecemos mais o Príncipe que São Tomé. Por isso os Srs. Deputados vão ter que ter paciência. Quando nos ouvirem a falar, por favor, não nos perturbem, porque conhecemos a nossa realidade e estamos aqui para a defender.

Sr. Primeiro-Ministro, eu queria levantar duas questões, porque as outras já foram levantadas.

Sr. Primeiro-Ministro, sei perfeitamente que o Orçamento que estamos a discutir é nacional, mas o governo regional também tem as suas opções para o desenvolvimento do Príncipe. Tem o seu programa e creio que as actividades do desse governo, antes de serem seleccionadas, têm que ser discutidas com o Governo Central. Não é razoável que o governo regional, tendo programado uma actividade para um determinado ano económico, quando recebe o orçamento, em termos de dotações, vê que a mesma foi adiada para o próximo ano económico.

Sr. Primeiro-Ministro, eu queria levantar duas questões. Primeira, foi dito aqui que o problema da educação é constrangedor. É verdade e temos essa consciência. A cada ano que se passa os alunos vão aumentando e as escolas não correspondem esse crescimento. No Príncipe não é diferente.

Foi programado para o Príncipe, de acordo com o Programa do Governo, a construção de um liceu, para descongestionar o que temos. Temos uma escola que adiciona alunos da 5.^a à 11.^a classe e só tem 8 salas de aula, Srs. Deputados.

Fez-se o estudo no ano passado, encontrou-se um espaço para a construção do liceu e quando se pensava que o Governo ia dotar verba para a construção do liceu, simplesmente foi cortado.

Sr. Primeiro-Ministro, relativamente a casas sociais, o governo regional tem levado a cabo uma política de construção de casas sociais, para responder às necessidades dos jovens, também adultos e outras pessoas necessitadas. Há na realidade uma programação de 6 mil milhões de obras e, de acordo com o Orçamento apresentado para o próximo ano, simplesmente essa verba foi diminuída

para 4 mil milhões de dobras. No entanto, há actividade que está no orçamento do governo regional, que é o alargamento do Hospital Manuel Quaresma Dias da Graça, uma actividade que vem de trás, o governo regional nem sabe qual é o processo dessa construção, está alocado no Orçamento 2 mil milhões de dobras. Muito bem, este ano deve acabar, porque precisamos desse hospital, mas gostaríamos que essa verba entrasse no ministério ou no lugar onde começou a obra, que conhece os trâmites da mesma, para a terminar. Portanto, no orçamento regional não devia constar essa verba. Ou melhor, em vez dessa verba que eventualmente foi alocada para o alargamento do hospital, os 6 mil milhões de dobras para a construção de casas sociais deviam permanecer. Se calhar foi feita essa subtracção e, Sr. Primeiro-Ministro, eu gostaria que isso fosse revisto, para que na realidade esse processo fosse equilibrado a nível da Região Autónoma do Príncipe.

Não vou continuar, porque tenho pouco tempo, mas deixo essas questões para o Governo reflectir um pouco.

Para terminar, o Sr. Primeiro-Ministro disse e muito bem que todos convivemos. Essa descontinuidade geográfica entre o Príncipe e São Tomé comove a todos, mas ninguém faz nada. Foi dito aqui que o bilhete de passagem está muito caro e o senhor disse que há um barco que foi comprado precisamente para fazer a ligação entre as duas ilhas, que é o navio Príncipe, mas que hoje está nas condições em que está. O Sr. Primeiro-Ministro disse que esse barco não está em condições de fazer essa ligação. Sr. Primeiro-Ministro, se o barco foi comprado para fazer a ligação entre o Príncipe e São Tomé e se não há condições para o mesmo fazer essa ligação, o que é que está à espera para criar condições?

Ficamos à espera dessas respostas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sra. e Srs. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Não vim aqui para criticar ninguém, mas para tentar ajudar e levantar dúvidas sobre determinadas questões. Hoje ainda estou limitado, por ter lido muito dias atrás e é por isso que vou tentar direccionar-me somente ao sector da Educação e queria também aproveitar a oportunidade para dizer ao Sr. Deputado que disse que no Distrito de Lobata há construções, que nada está bem nesse Distrito. Há desemprego que é uma coisa doida, há o problema dos jovens com terras para construção e cultivo, portanto, invadem as terras e até este momento não há solução. Portanto, Lobata não está nada bem, principalmente a minha zona.

Bom, ao fazer a leitura do parecer da 3.^a Comissão, essa Comissão lamenta que não está claro nas GOP a construção de infra-estruturas, dentre elas a construção de um jardim/escola na vila do Conde. Ora, quero dizer-vos que falo desse projecto porque é um projecto da Associação dos Amigos Naturais de Santo Amaro (AANASA). Eu levei esse projecto e o pus à disposição não só do então Ministro da Educação, mas como também do Sr. Leite, que me acompanhou até o local da possível construção. A construção no Conde tem um objectivo estratégico, porque estando lá beneficia não só o Conde, mas Ilhéu, Batelo, Micoló e muitas zonas circundantes e há perspectiva de construção do porto de águas profundas. Portanto, há uma necessidade de construção lá, não é algo à toa. Fiz esse projecto de acordo com conhecimentos científicos. Está no OGE, mas nas GOP não teve tratamento.

Um outro assunto que eu gostaria de falar tema a ver com o Instituto Superior Politécnico (ISP). Ouvei várias vezes, não sei se entendi mal, o Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro da Educação dizerem que vamos priorizar o ensino interno, vamos nos dedicar muito ao ISP, porque é um centro de referência, mas quero informar que houve o caso de um aluno do ISP que acabou o bacharelato e foi submetido a um teste para prosseguir os estudos de licenciatura, mas devido o seu nível, pelo resultado que teve, passou directamente para o mestrado, em Portugal. Portanto, há boas coisas!

Meus senhores, hoje o que é que acontece com o orçamento da educação para este ano? Em 2011, nós tínhamos Dbs. 646 482 299 099 00 (seiscentos e quarenta e seis mil milhões, quatrocentos e oitenta e dois milhões, duzentos e noventa e nove mil e noventa e nove dobras) e, em 2012, está 15 mil milhões. Saiu de 24 para 15 mil milhões. Estão a ver a diferença?

Quero dizer-vos mais, e espero que o Sr. Deputado José António fale a verdade, que foi cortado no Mestrado em Ciências de Educação, no Instituto Superior Politécnico de Lisboa. Toda essa verba foi cortada. Portanto, há o caso de despesas com o pessoal. Cortaram essa verba. Eu não sei se com menos dinheiro se pode fazer mais. Peço desculpa se porventura falei algo estranho sobre isso.

Há mais assuntos, mas por ora só estou a falar do Ministério da Educação e mais tarde quero falar de outros ministérios, porque temos que regularizar as empresas públicas. Antigamente era só a EMAE que abatia as árvores, e ultimamente abateu tantas árvores, mas é uma empresa semi-privada ou pretende privatizar-se, não se sabe qual é a sua relação com os terrenos privados. Há que definir. Só para vos dizer, por exemplo, que o transformador de Conde está lá, mas não paga a renda. Portanto, há muitas coisas que temos que ver. A CST hoje em dia também começou a abater árvores e o cidadão tem problemas em se deslocar e há necessidade de regularização.

Como eu disse, tenho problemas de garganta, não posso continuar, mas se é que infringi o nível de linguagem, por favor, meus senhores, isso é subjectivo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, como direito a resposta.

O Sr. **José Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, é para dizer que quando o meu colega falou sobre a questão da diminuição de verbas para o ISP, é uma matéria cuja pergunta deve ser dirigida ao Ministro da Educação para falar sobre as razões que levaram à diminuição de verba para o ISP. O Governo preferiu criar um montante, digamos, muito alto, para a formação no exterior. Eu gostaria de pedir ao Sr. Ministro da Educação que se referisse de facto a esta matéria, porque as questões não devem ser dirigidas aos colegas Deputados, mas sim ao Governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Deputado Gaudêncio Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Ilustres Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, começo a minha intervenção fazendo um comentário rápido sobre uma das últimas intervenções do Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, quando fazia alusão ao nível de cobrança das receitas, ou seja, que a performance fiscal em termos de cobrança do Governo é boa e isso permitia alguma folga. Deu a entender que essa folga levou a que o Governo aumentasse as verbas para as viagens. Fiquei um tanto quanto preocupado, mas enfim, são opções do Governo.

Faço esta intervenção, este sublinhado, porque estamos num clima de austeridade e a situação interna, como internacionalmente, nos exige isso. Como cidadão contribuinte, estou a pôr-me na pele dos contribuintes, sei que as exigências quanto ao pagamento das obrigações fiscais têm sido tão duras e quero vos confessar que são bastante altas. Se ouço o Ministro das Finanças dizer que há folga e aproveita para aumentar as despesas do Estado, é complicado, mas enfim, são opções do Governo.

Só queria deixar isso sublinhado, porque estamos num clima de austeridade e sabemos que para controlar o défice temos que fazer um grande esforço para diminuir as despesas públicas.

Mas não é isso que me traz aqui. Eu só fiz esse reparo, porque isso me saltou logo à vista, quando o Sr. Ministro das Finanças deu essa resposta.

Venho aqui para fazer a defesa de um sector que, na minha perspectiva, é de extrema importância; um sector que gera mais empregos a nível mundial, um sector que em termos de percentagem de exportações a nível mundial está em segundo lugar; um sector que em países avançados dá uma grande contribuição para o crescimento da economia e também para as contas do Estado. Falo-vos do sector de Turismo e eu tinha alguma esperança neste Orçamento, porque sei que no Governo há pessoas que entendem de turismo e sei também que no Governo há pessoas que já partilharam comigo essa necessidade estratégica de o País apostar no sector do Turismo.

Srs. Deputados, eu gostaria que nós todos aqui nesta Assembleia fizéssemos o seguinte raciocínio: imaginem que de repente ...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, para um ponto de ordem.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia, tendo em conta que esta é a minha primeira intervenção.

Eu só queria colocar uma situação. O Sr. Gaudêncio Costa está em substituição de que deputado?

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Há uma lista de deputados para cada sessão, é só ver se o Sr. Gaudêncio Costa é substituto para esta reunião. Vamos ver se está na lista ou não.

A Sra. **Secretária** (Celmira Sacramento): — Não está na lista.

O Sr. **Presidente**: — A Secretária da Mesa está a dizer e também não me recordo de ter entrado na Mesa algum requerimento a pedir a integração do Sr. Deputado Gaudêncio Costa nesta plenária. O Sr. Deputado Gaudêncio é suplente e já tomou posse, mas ele não está em exercício.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Gaudêncio está em substituição do Sr. Guilherme Octaviano. Ele já tomou posse e não vem pela primeira vez a esta Casa Parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Bom, não há dúvida que me lembro perfeitamente que o Sr. Deputado Gaudêncio Costa já tomou posse e que é Deputado suplente, mas não se pode considerar em exercício neste momento. De facto, não está o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, mas faltou o expediente necessário. Houve falha de expediente, aliás, quem levanta o problema é o Presidente da 1.ª Comissão, que é a Comissão de mandatos.

Vamos continuar. Os minutos dispendidos pelo Sr. Deputado Gaudêncio Costa ficam anulados. Não se toma em consideração a sua intervenção.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro e outros membros de Governo, Caras e Caros Deputados, muito boa tarde.

Iniciámos há aproximadamente 3 dias a discussão de um exercício para o País e ao longo desses dias temos estado a constatar divergências no que é um exercício para todos nós. Falo isso porque é o OGE, orçamento que não é apenas para um grupo parlamentar. É para o povo de São Tomé e Príncipe e é um orçamento que requer a contribuição de todos nós. O apelo que faço é que mesmo os Deputados do ADI, partido que sustenta o Governo, deverão sempre contribuir para um melhor trabalho. Nós não estamos aqui para contradizer, mas sim para colaborar. Se acharem que estamos para contradizer o que o Governo nos apresentou, também terão a oportunidade para justificar.

Sr. Primeiro-Ministro, sou são-tomense, já a caminho de 50 anos, não parece, *né*? Muitos dizem que não parece.

Risos gerais.

Não parece!

Quero dizer-lhe que o País precisa da sociedade civil, de pessoas do ADI, do MLSTP, do MDFM/PL, do PCD e das pessoas dos partidos com e sem assento parlamentar, para o desenvolvimento.

Digo isto porque há alguns dirigentes que têm utilizado a política de exclusão. Para desenvolver São Tomé e Príncipe há a necessidade de participação de todos os são-tomenses, mesmo os que ainda não nasceram.

Sr. Primeiro-Ministro, a minha preocupação primeiramente esta direccionada ao Ministério de Infra-estruturas e Recursos Naturais.

Alguém falou aqui do Distrito de Lobata, mas posso dizer aqui que este Distrito é um pouco esquecido. Não falo só deste Governo, mesmo dos outros que já passaram por aqui. Portanto, ao vermos o OGE, vemos que todos os anos há construções e reabilitação de estradas, mas conhecemos o Distrito e sabemos como é que as pessoas passam. Temos comunidades longínquas. Volto a dizer, há comunidades mais longínquas, em que as pistas rurais não são reabilitadas e mesmo as estradas são construídas onde elas não devem ser construídas.

Aquando da discussão na especialidade, eu gostaria que o Sr. Ministro das Infra-estruturas e Recursos Naturais nos explicasse que troços de estrada vão reabilitar e que troços vão construir, porque ao nível do Distrito de Lobata temos essa preocupação e vamos ter que solicitar ao Governo qual é a proposta que tem para o ano 2012, para reabilitação ou construção de estradas, porque sabemos que temos problemas.

Se na realidade também por parte o Governo se quer melhorar a vida dos pequenos agricultores, o acesso tem que ser melhorado.

Falo também da estrada do Cemitério de Santo Amaro. É uma estrada que devíamos considerar pública, ao longo dos anos falamos dela aqui, não é a primeira vez, mas nunca tomaram em consideração.

Entretanto, assumiu a presidência a Sra. Vice-Presidente Maria das Neves.

Eram 12 horas e 25 minutos.

Sr. Ministro da Defesa, pergunto-lhe qual é a política que tem, em termos de descentralização, para manter a ordem nos diferentes distritos, tendo em conta que a onda de violência e de sinistralidade tem aumentado. O que tem em carteira para os distritos no ano 2012?

Falo disso também porque o Distrito de Lobata tem um comando distrital em Guadalupe e temos uma vila que é a de Santo Amaro, onde alberga muita gente. Sabemos que a sinistralidade tem estado a aumentar, sobretudo naquela zona, mas nas GOP e no OGE não vejo contemplado nada para esse aspecto.

Para o Ministério da Saúde, olhei também as GOP e o OGE, está nas GOP «reforçar a capacidade de formação interna», é claro que temos que reforçar, mas não há política direccionada para especialização e é o que o País precisa. Em termos de patologias, temos as doenças cardiovasculares que estão no topo para pessoas dos seus 40 e tal anos ou mais e não há uma política para formação

não só em doenças cardiovasculares. Falo também de urologia, oftalmologia, independentemente do apoio que temos tido do projecto Saúde para Todos, em que as equipas vêm a São Tomé e Príncipe fazer o trabalho que fazem, vão-se embora e assim há toda a necessidade de formar pessoas por opção, porque não se pode obrigar as pessoas a se especializarem.

Gostaria de perguntar que critérios foram adoptados para manutenção e funcionamento das áreas dos distritos sanitários. Faço esta pergunta vendo o OGE. Gostaria de saber se é pelo número de população a ser servida, se é por acesso ou se é por infra-estruturas sanitárias existentes em funcionamento e em que critérios se basearam para alocar recursos para funcionamento e manutenção de unidades nos diferentes distritos sanitários.

Há uma disparidade e por isso gostaria de ter justificação e resposta quanto a essas perguntas, porque para que o Hospital Central Ayres de Menezes funcione bem, as áreas de saúde têm que estar bem em termos de equipamento, de pessoal. Estando elas bem, claro que os técnicos do Hospital Central Ayres de Menezes estarão mais descansados. Não estando as áreas de saúde bem, o Hospital Ayres de Menezes terá sempre problemas de congestionamento e claro que o Ministério de Saúde será visado.

São essas preocupações que tenho e mesmo que não sejam respondidas hoje teremos debate na especialidade e então esperarei ter respostas.

O Sra. **Presidente** (Maria das Neves): — Gostaria de alertar que o PCD tem apenas 6 minutos. Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sra. Presidente, a primeira vez que vim cá falei muito a correr e deixei muitas questões por colocar. Venho ainda falar com relação ao Distrito de Cantagalo, distrito onde nasci, particularmente na zona de Micondó, onde está enterrado o meu umbigo. Infelizmente o Sr. Presidente não está cá, mas é onde o mesmo também tem famílias.

Sr. Ministro das Obras Públicas, a zona de Micondó tem uma estrada que liga a Vila Alta a Riboque Santana, é uma estrada que desde 1998 a Câmara Distrital vem procurando formas de reabilitar. Tem sido esquecida pelos sucessivos governos, ou não foi encontrada a solução para ela. Não estou a exigir que seja feita agora, mas como se diz, «quem não chora não mama» e estou cá a chorar em nome dessa população, para que na medida do possível, mesmo que seja para o próximo ano económico, o Sr. Ministro encontre, conjuntamente com a Câmara Distrital de Cantagalo, a possibilidade de reabilitar ou de construir aquela estrada.

Ainda com relação a estradas, quero também falar de uma estrada que já foi construída, que liga a Vila Alta a Zandrigo Santana. Essa estrada já foi construída, mas não da melhor forma e está em degradação. Não fizeram lançis de protecção e cada dia que passa, com a chuva, tem havido erosão e essa estrada tende a desaparecer.

É mais uma questão que deixo sob a sua consideração para que, na medida do possível e naquilo que poder fazer, tentar solucionar.

Sr. Secretário de Estado, falo agora com relação à juventude. Quase todos os distritos do País têm um centro desportivo polivalente. No Distrito de Cantagalo, praticamos futebol salão, basquetebol ou voleibol, aquilo que quisermos praticar, na infra-estrutura da escola secundária e muitas das vezes provoca vandalismo a nível da escola. Também gostaria que o senhor tomasse como preocupação a construção de um centro desportivo polivalente para a prática desportiva e de mais actividade para a juventude de Cantagalo.

Estou a falar agora do Distrito de Água Grande, para o Sr. Ministro de Obras Públicas. Temos na Quinta de Santo António o Instituto da Juventude, que é uma infra-estrutura que o Governo, parece-me, vai reabilitar, porque é uma zona importante e de referência para o País, mas em termos de arruamento a Quinta de Santo António e arredores está completamente degradada. Eu gostaria que o Sr. Ministro também visse essa questão.

Pelo visto não tenho mais tempo e vou ficar por aqui.

Tenho mais questões que gostaria de colocar, mas se calhar quando estivermos na especialidade poderei colocá-las.

A Sra. **Presidente**: — Convido agora o Sr. Deputado Eugénio da Graça a usar da palavra.

O Sr. **Eugénio da Graça** (MDFM/PL): — Sra. Vice-Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Deputados: Venho cá para levantar duas questões.

O Deputado que substituí aqui na Assembleia, o Sr. Deputado Hélder Menezes, tinha levantado numa altura a questão dos meninos de rua e de facto agora este Orçamento espelha a construção de um centro de acolhimento. No entanto, a minha orientação ou aconselhamento não vai somente para a construção desse centro, porque isso pode contribuir para que haja mais meninos de rua, pois as mães quando se apercebem que há um centro de acolhimento vão deixar os seus filhos sair mais à rua. O que eu queria dizer com isso é que o Governo deve tomar alguma medida, tentar ver as mães

carenciadas, arranjar uma política de apoio a essas mães, para que elas possam reter as suas crianças em casas, dando educação e todo o tratamento possível.

Quero também falar do sector da Pecuária, um sector importante que tanto no passado como agora e certamente no futuro, constituirá um dos sectores de desenvolvimento para São Tomé e Príncipe. A pecuária está agora no âmbito do projecto do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), certamente há um financiamento, mas na ausência desse projecto nota-se que ela tende a diminuir, porque o Governo não tem uma política muito clara para tentar apoiar esse sector para desenvolver com as comunidades, os criadores. Seria bom que o Governo, consequentemente com o sector da Educação encontrasse algumas políticas de formação. Neste momento, temos poucos veterinários e zootécnicos, alguns já foram formados há algum tempo, certamente daqui há uns anos vão estar na idade de reforma e não se vislumbra uma política para formar zootécnicos e veterinários, para tentar apoiar também esse sector.

O sector de Pecuária também tem alguns serviços, nomeadamente o Serviço de Inspeção Veterinária e o Laboratório, um serviço importante para o bem da Nação, para a saúde pública e veterinária, entretanto, mesmo no projecto do BAD não há especificamente um capítulo para apoio directo a esses dois sectores. Há sim um apoio adicional que não é concreto.

Assim sendo, antes de conseguirmos algum produto, seria bom que houvesse algumas condições ou alguns incentivos e apoio, porque são sectores que são sempre perseguidos. Não tendo um apoio, certamente não poderão levar a cabo com eficiência o seu trabalho.

Para terminar, trago a questão da nossa Televisão. O MDFM/PL está muito triste com a situação. Comemorámos o 10.º aniversário no dia 17 deste mês, solicitei à TVS que fizesse a cobertura de algumas actividades e essa solicitação foi negada. Desconhecemos o motivo, questionámos, pedimos um debate televisivo à «Linha Directa» e também a cobertura de algum torneio de futebol e, portanto, essas actividades não foram cobertas. Prova disso é que mesmo com a representação do MDFM/PL nesta Assembleia, nota-se na Televisão a não passagem da imagem deste único Deputado desta Assembleia.

Muito obrigado pela atenção.

A Sra. **Presidente**: — Convido agora o Sr. Deputado Sebastião Santos a fazer uso da palavra, mas antes tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, para um ponto de ordem.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sra. Presidente, infelizmente vamos ter que voltar outra vez a um caso de irregularidade. Temos aqui escrito o Sr. Arlindo Barbosa Semedo e está no seu lugar o Sr. José Rui Cardoso. Também está na mesma situação. Portanto, peço à Mesa que proceda da mesma forma.

A Sra. **Presidente**: — Não havendo nenhuma reacção do MLSTP/PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos a fazer uso da palavra.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Durante muito tempo fui persistindo na questão da TOFE, das GOP e das Amortizações. Eu disse que devemos primar pela legislação do nosso país e a maior legislação é a Lei do Sistema de Administração Financeira.

Para não ser Sebastião Santos a falar, vou citar e gostaria que me acompanhassem, na parte 4.3.2, amortizações e passivos, que vem no Capítulo IV da Lei da Administração Financeira, SAFE, que fala das despesas. Vamos ver o conceito dessas despesas no SAFE. Aqui diz: «Amortização da dívida, despesas com amortização da dívida interna e externa: O pagamento das prestações do capital tomado de empréstimo pelo Governo e outros passivos do Governo, a dívida compreende todo o stock de obrigações directas contratuais a prazo fixo do Governo ante terceiros em data determinada. Os créditos concedidos pelo Governo a terceiros não reduzem a dívida do Governo.»

Na Lei do SAFE, a amortização está clara, é considerada despesa de capital.

A Sra. **Presidente**: — A Mesa não tem mais inscritos. Gostaria de saudar o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco e convidá-lo a fazer uso da palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sra. Presidente, alguns membros do Governo vão prestar alguns esclarecimentos e responder a algumas questões.

Sr. Ministro das Finanças, por favor.

A Sra. **Presidente**: — Convido então o Sr. Ministro das Finanças a fazer o uso da palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria responder a algumas questões que já foram levantadas anteriormente, a primeira

levantada pelo Deputado do MLSTP sobre a ponte de S. Nicolau. A obra iniciou este ano, já se fez o pagamento de uma parte e terminará no próximo ano. Tem continuidade, eis a razão por que vem inscrito de novo para o próximo ano.

Há uma verba e inicialmente devia concluir este ano, mas não vai ser possível. Então, há outra parte que está inscrita para o próximo ano.

Em relação ao Príncipe, para as casas sociais, no ano 2011, alocámos 6 mil milhões e para 2012 estamos a alocar 4 mil milhões, tendo em conta as disponibilidades.

Quanto à possibilidade de afectação de 2 milhões do hospital não é possível, porque são fontes totalmente diferentes e estamos a falar de uma fonte HIPIC e de outra fonte que é Taiwan. Com Taiwan temos um programa para reabilitação e construção dos postos e centros de saúde, portanto, não é possível fazer essa alteração.

Em relação à última questão levantada pelo Sr. Deputado Sebastião Santos, pensei que estivessemos já mais ou menos de acordo sobre essa situação, mas o Sr. Deputado veio fazer referência a um documento que não é a Lei do SAFE, mas sim Classificação Económica. A Lei diz, e eu várias vezes já disse isso, o que é amortização. Diz no artigo 13.º, alínea c) «Universalidade». Portanto, a amortização não altera o património líquido, porque consequentemente não é despesa. Isso já está claro e o Classificador Económico é uma coisa que muda de acordo com a lei. Portanto, o Sr. Deputado não fez referência à lei, mas sim há um Decreto-lei sobre Classificação Económica, que é um documento que muda consoante a adaptação contabilística.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro se há mais membros do Governo a intervir.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — O Sr. Ministro das Obras Públicas vai responder a algumas questões.

A Sra. **Presidente**: — Convido então o Sr. Ministro das Obras Públicas a fazer uso da palavra.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais** (Carlos Vila Nova): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou me referir às questões, primeiramente, ligadas às estradas, levantadas pela Sra. Deputada Filomena Monteiro, bem como pelo Sr. Deputado Gil Costa. Além do facto de ter tomado boa nota e registado conforme também solicitaram, eu devo referir que a reabilitação e a construção de estradas, acima de tudo, têm a ver com prioridades. Porque não há recursos para que se possa construir ou reabilitar todas as estradas do País, desde já, agradeço também a manifestada vontade dos Srs. Deputados para que na especialidade possamos definir essas mesmas prioridades.

Relativamente à questão da água do Distrito de Cantagalo, que foi levantada pelo Sr. Deputado Gil Costa, também quero tranquilizá-lo que o Governo tem no seu plano de actividades intervir, ainda no próximo exercício fiscal, em Cantagalo, em Santana, na rubrica «abastecimento de água às populações». Portanto, pretendemos intervir nesta matéria de abastecimento de água, relembro a todos, porque consideramos que se trata de uma matéria muito importante. Água é vida, além de ser grande parte da biodiversidade.

Com a entrada em funções do Governo, lembro-me bem que enfrentamos um primeiro problema que era a paragem das obras do actual sistema de abastecimento de água a cidade de Neves, por problemas de expediente. Não era mais do que isso e resolveu-se o problema. Isso para dizer que desde o princípio se tem dado importância ao problema. É um sistema que continua a resolver, razoavelmente bem, o problema daquela população.

Independentemente disto, retomámos, ainda neste exercício, o novo projecto de abastecimento de água também de Neves, financiado pelo Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), cujos estudos nos serão remetidos agora neste mês de Dezembro, mas no mês de Julho já se fez uma apresentação pública em Neves com a Câmara Municipal de Neves e demais entidades envolvidas no projecto, portanto, no âmbito de um relatório preliminar.

Também gostaria de dizer-lhe que, no exercício de 2012, pensamos que esse projecto será lançado, porque se os estudos chegarem este mês, conforme o previsto, poder-se-á dar atenção a isto.

Acabamos de lançar, no Distrito de Lobata, com forte componente na zona norte do Distrito de Água Grande, o último lançamento do Projecto Rio d'Ouro e melhorias no actual sistema de Monte Macaco.

Na rubrica «abastecimento de água às populações», como disse, pensamos e priorizamos para 2012 Santana, no quadro do plano director que temos, datado de 2011 e com uma amplitude para servir as nossas populações até 2030. Vamos então retirar e trabalhar tecnicamente em Santana, para que se possa ainda lançar este ano o projecto de água de Santana. Não sendo um projecto para o período de um ano de execução, então lança-se o projecto e ele terá continuidade para sua conclusão, perfeitamente possível, dentro da rubrica de que dispomos.

Também na mesma rubrica, está contemplada a Região Autónoma do Príncipe, sobretudo na parte norte.

Para o Distrito de Caué, previmos melhorias e tratamento do actual sistema, para que ele possa responder às necessidades actuais da população, no âmbito de um fundo social de uma das empresas petrolíferas, que também já está identificado e preparado para tal.

Portanto, são acções técnicas que temos preparado para desenvolver em matéria de abastecimento de água às populações.

Era o que tinha que informar e explicar aos Srs. Deputados.

A Sra. **Presidente**: — Continuo a perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro se ainda há algum membro do Governo para intervir.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sra. Presidente, queria pedir ao Ministro da Educação para poder responder a algumas questões.

A Sra. **Presidente**: — Convido o Sr. Ministro da Educação a fazer uso da palavra.

O Sr. **Ministro da Educação e Cultura** (Olinto Daio): — Sra. Vice-Presidente, Caros Deputados, venho aqui responder a algumas questões que foram levantadas pelos Deputados, concernente à área da Educação e também algumas questões que se levantaram no âmbito da cultura, que está no parecer.

Antes de mais, permitam-me dizer que um professor, no momento da avaliação, decidiu passar uma folha em branco aos alunos e naquela folha em branco havia um pontinho apenas. Ele pediu para que os alunos pudessem comentar o que estavam a ver na folha de papel. Quando o professor recolheu as folhas, todos comentavam apenas o pontinho e se esqueceram de toda a dimensão da folha A4.

Estamos aqui com a Sra. Deputada Edite, com toda a humildade, e reconhecemos também a professora Edite como professora de carreira, que também reconhece que a educação está péssima, como disse.

Também como toda a humildade, reconhecemos a avaliação que o nosso ex-conselheiro técnico fez sobre a educação, dando-nos a nota zero.

Gostaria de dizer também que o sistema actual de avaliação, como todo o sistema de avaliação no mundo, não é perfeito. Não queremos aqui fazer apenas um discurso apologético em relação a esta problemática de avaliação, mas para dizer que esta experiência de avaliação enquadra-se num processo de reforma. Essa avaliação está a ser implementada desde 2008/2009 até agora. Quando assumimos essa missão tivemos a oportunidade de ter encontros com vários professores em vários distritos, que levantaram essa questão. Por causa disso, em Junho deste ano, tivemos 2 dias de reflexão com os professores, representando várias escolas, onde debatemos esta questão de avaliação e criou-se uma comissão que está a trabalhar nesse processo.

Estamos a ver nesse processo de avaliação, como disse e bem, que a educação está péssima. É um resultado, é um facto. Portanto, deveríamos ter identificado alguns problemas no início, porque quando se implementou a reforma esse processo de avaliação – certamente a Dra. Edite como professora conhece os domínios pedagógicos – está a ser implementado em vários países, incluindo os PALOP. Infelizmente, essa implementação não teve em conta alguns parâmetros nossos, que não tiveram em conta a formação dos professores para lidar com esse sistema. Também esse sistema de avaliação requer poucos alunos por turma, que não é a nossa realidade actual. Portanto, não é a avaliação em si que é péssima, mas sim o ajustamento à realidade local.

Como disse, medidas foram tomadas e a própria Direcção do Planeamento e Inovação Educativa está a trabalhar nesse sentido.

Também quero dizer que, conhecendo este facto e outros problemas, embora estejamos na Educação há 1 ano, não reconhecemos que a educação em São Tomé e Príncipe está péssima, porque, pela primeira vez, está em curso o primeiro relatório do estado de situação do Sistema Educativo nacional. Estamos a fazer esse relatório com o apoio da UNESCO e pensamos divulgar, em finais de Janeiro ou Fevereiro, os resultados. Muitos desses resultados são animadores e ultrapassam os de vários países que temos como parâmetro, como se tivéssemos atrás deles. Estamos à frente de vários países, como Cabo-Verde, em vários indicadores. No momento oportuno, faremos a divulgação desses factos.

Também está em curso, tendo em conta esse facto, a Estratégia Nacional de Educação para 2012, com base nesses resultados que saíram desses estudos.

Ainda, reconhecendo essa problemática da educação, não estado péssimo, reconhecemos que a Educação é um sector que deve envolver toda gente e aqui partilhamos a abordagem que o Dr. Rafael Branco fez ontem, temos que ter uma abordagem colectiva.

Como está no Orçamento e nas GOP, no próximo ano, vamos realizar o fórum nacional da educação. Porquê? Porque queremos discutir a educação, desapaixonadamente, envolvendo políticos,

agentes da educação, pais e a sociedade civil, para que definamos o que queremos para a educação e qual a qualidade de educação.

É verdade que a educação precisa de investimentos. Se calhar para resolver os problemas que temos hoje precisássemos, no mínimo, 30 milhões de dólares. Esses 30 milhões de dólares é o que investimos, de 2001 a 2001, em bolsas de estudo para o exterior e muitos alunos não regressaram ao País. Então, precisamos de nos reunir, sentarmos todos, desapaixonadamente e enfrentarmos essa questão e assumirmos o que queremos, porque não é uma questão do Governo ou de uma pessoa. É uma questão nacional e temos que abraçar isso, desapaixonadamente.

Gostaria de responder ainda à Dra. Edite em relação ao Acordo Ortográfico. Citou bem a RTP, que começou a aplicar o Acordo Ortográfico este ano, no dia 1 de Janeiro. Se Portugal que tem academia ratificou o Acordo e só começou aplicá-lo agora, quanto mais nós que não temos academia nem estrutura para isso.

Quero recordar que o Instituto Superior Politécnico tem um departamento de línguas que é responsável por esta dimensão. Ainda esta semana a equipa estará em Cabo-Verde, para um encontro com o Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

Além disso, há um trabalho que está a ser feito com o Ministério da Educação de Angola, que reivindicou, ou melhor, levantou algumas questões desse Acordo Ortográfico. Como africanos, temos que defender algumas questões ligadas à nossa identidade, embora partilhemos a língua portuguesa com Portugal e Brasil. É um estudo que a própria República de Angola está a fazer uma advocacia junto a esses países, para que possamos unir e apresentar uma proposta. Em Maio, receberemos uma equipa do Ministério da Educação de Angola e abordaremos essa questão. Portanto, é um trabalho que está a ser feito e por isso não podemos ir à pressa, *punda blu blu blu na ça lutá fa*.

Voltando ainda ao Deputado que levantou as questões de Conde. Como diz, não há disparidade entre as GOP e o OGE. Essas obras que colocamos no Orçamento são obras de algumas escolas, como a de Conde, Ponta Figo, Diogo Vaz, etc. Já lançámos o concurso, pode confirmar no orçamento anterior, está lá. Portanto, como há continuidade, essas obras vão terminar no próximo ano e é preciso garantir as verbas para o seu pagamento. Portanto, não é uma questão de descontinuidade.

Em relação ainda ao Sr. Deputado de Lembá, que levantou a questão de cantina e transporte escolar. Tenho a dizer que, em relação àquela escola nova, é para a 5.^a e 6.^a classes. Naquela altura, o Ensino Básico, ou melhor, o Programa de Alimentação Escolar era destinado a 1.^a e 4.^a classes e ultimamente prolongou-se até a 6.^a classe, mas no quadro do Programa Alimentar e Saúde Escolar (PNASE) há acções que estão a ser desenvolvidas para reabilitação e construção de algumas cantinas. Esse recurso está escrito, pode verificar no orçamento relacionado com esse programa.

Em relação ao transporte escolar, como disse e bem, tivemos um trabalho que foi prático com a Câmara Distrital de Lembá e chegamos a um consenso, porque neste momento não temos condições para suportar o número de alunos e há essa necessidade. Com a Câmara assumimos essa parceria, que a Câmara transportasse alunos de Santa Catarina até Neves e a Educação transportasse de Neves até a Cidade Capital. Portanto, até agora a Câmara não isso em questão.

Em relação a Caué, esse Distrito tem um autocarro. Em termos de gestão é que temos que reduzir os custos e maximizar a produtividade. No ano passado, apenas uma aluna de Caué vinha à Cidade capital. O autocarro vinha cheio, mas não com pessoas que tinham direito a andar no mesmo. Então, decidimos retirar o autocarro e financiar o transporte da jovem.

Além do mais, o facto de o autocarro passar a noite lá não significa que é de lá. Isso acontece para reduzir os custos, porque o motorista é de Caué, então o autocarro fica lá para trazer as crianças.

Em relação a Portalegre também podemos fazer essa parceria, como fizemos com Lembá. Solicitamos ao Presidente da Câmara o número de alunos que estão nessa circunstância, para que possamos também ou subsidiar directamente ou levar o transporte. Temos que analisar o custo/benefício dessas medidas.

Acho que o Deputado do Príncipe levantou uma questão também. Em 2012 vamos ultrapassar várias questões em relação a São Tomé e Príncipe. Como sabem, no passado havia uma delegação com certa gestão e eliminou-se a delegação do Príncipe. Quando se toma medidas, tem-se que também analisar as suas consequências e uma dessas consequências é a falta de comunicação. Felizmente, este ano melhoramos bastante a comunicação e ainda esta semana a secretária regional foi convidada para o trabalho de planificação de 2012 e já temos muitas acções conjuntas e certamente o orçamento de 2013 será terá uma posição mais partilhada em relação a várias questões da Educação.

No parecer também foram levantadas algumas questões em nome da cultura, onde se diz: «não há nenhuma política para alavancar o sector, nenhum quadro legal.» Quero dizer que o facto de existir uma Direcção Geral da Cultura é uma direcção legal com um quadro orgânico. Portanto, há um quadro político legal que institucionaliza essa direcção.

Tendo em conta que por largos anos o sector da Cultura foi esquecido, não queremos avançar com uma política de gabinete. Envolvemos pessoas de vários sectores e foi uma das prioridades do Governo realizar o I Fórum Nacional da Cultura, em que colhemos subsídios e vamos trabalhar na

política nacional da cultura. Além do mais, pela primeira vez, homenageamos actores culturais, desde 1975 até 2011. Reconhecemos as pessoas que trabalharam, apesar de vários constrangimentos, para o desenvolvimento do sector da Cultura.

Se compararem o montante que temos na Direcção Geral da Cultura, em relação aos outros anos, há uma grande diferença. Este ano temos um grande montante para investir na área da Cultura.

Não nos esqueçamos também que no ano passado, quando indicamos várias actividades, recebemos aqui uma crítica construtiva. Hoje trouxemos menos, pensando que aquela crítica fora construtiva.

A última coisa é a questão do ISP. O que é que acontece. O Sr. Deputado pode recorrer ao seu documento do OGE, das páginas 30 a 46. Lançámos no ano passado os primeiros cursos de mestrado e o valor que pusemos é para suportar as despesas com os professores portugueses que vinham dar o curso. Este ano também temos a perspectiva de fazer a mesma experiência com o doutoramento.

No ano passado, colocámos uma verba de Dbs. 923 543 643 000 00 (novecentos e vinte e três mil milhões, quinhentos e quarenta e três milhões, seiscentos e quarenta e três mil dobras) e este ano estamos a colocar 4 bilhões e tal. Congregamos esse valor todo aqui. Está aqui mestrado e doutoramento. Está claro que há um grande montante para satisfazer, uma diferença em relação ao ano passado, que vai de Dbs. 3 334 507 000 00 (três mil milhões, trezentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e sete milhões de dobras).

Creio que respondi a todas as questões. Se houver qualquer coisa, estamos disponíveis para regressarmos com humildade.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra de novo o Sr. Primeiro-Ministro, para indicar outro membro do Governo que possa dar resposta às questões.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sra. Presidente, queria pedir à Ministra da Saúde e Assuntos Sociais, para responder a algumas questões.

A Sra. **Presidente**: — Convido a Sra. Ministra da Saúde a fazer uso da palavra.

A Sra. **Ministra da Saúde e Assuntos Sociais** (Ângela Pinheiro): — Sra. Presidente e membros da Mesa da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, venho responder a algumas questões levantadas por alguns Deputados e Deputadas nesta sessão, começando pela questão do Sr. Deputado de Mé-Zóchi que falou sobre o centro de saúde de Mé-Zóchi. Na verdade, no Orçamento de 2011, estava inscrito a construção do centro de saúde de Mé-Zóchi, mas para 2012 não foi possível, visto que os problemas de saúde são enormes e há pouca disponibilidade financeira. Conhecemos a situação económica do País e mesmo internacional, então traçamos a prioridade das acções que vamos realizar. Vamos terminar agora a obra do centro de saúde de Cantagalo e para 2013 vamos planificar de novo o centro de saúde de Mé-Zóchi. Não queremos iniciar uma obra e deixá-la cerca de 5 a 6 anos sem terminar. Pedimos então, mais uma vez, a paciência da população de Mé-Zóchi, que já merecia um centro desse há muitos anos. Sei que não vão se arrepender por ter esperado tanto mais um pouco.

Quanto à questão que foi levantada pelo Deputado o MDFL/PL, em relação ao elevador do Hospital Dr. Ayres de Menezes, está projectado para o ano de 2012. Vamos ver se conseguimos minimizar esse sofrimento dos profissionais de saúde bem como dos doentes que vão ao único hospital do País.

No que toca à questão levantada pela Sra. Deputada Filomena Monteiro, temos realmente uma política de formação, tanto para formações médias como para formações de especialidade. As demarches já foram feitas junto a alguns parceiros só estamos à espera da confirmação das vagas para algumas especialidades e também quero informar que neste momento temos uma médica em Coimbra para se especializar em cardiologia. Vai fazer uma especialização de 2 anos e posteriormente vamos enviar outro médico para fazer 4 ou 5 anos, para ir minimizando esses problemas e em consonância com o perfil actual do País.

Em relação ao critério utilizado para a distribuição das verbas para o funcionamento, gostaria de dizer que utilizamos os serviços disponíveis e tomámos em consideração as disponibilidades que temos.

Aproveito para informar que há um distrito que tem uma verba de cerca de mil milhão de dobras, que foi um erro. Então aquando da especialidade vamos encaminhar essa verba para onde deve estar. É no Distrito de Cantagalo, onde está cerca de novecentos e tal milhões de dobras para os bens não duradouros. Vamos mudar isso.

Também concordo com a Sra. Deputada quando diz que se não prepararmos os distritos o hospital central não conseguirá dar resposta. Esta é a política do actual Governo desde que entramos e por essa razão algumas medidas já foram tomadas, como reforço de recursos humanos, mesmo ainda este

ano vamos colocar ambulâncias em alguns distritos como Mé-Zóchi e Lobata, através do Projecto PASS e outras medidas que foram tomadas quanto a isso.

A questão de meninos de rua é uma preocupação para o Governo. Mesmo sem um centro de acolhimento, já começamos a exercer algumas acções junto a alguns parceiros como a Fundação da Juventude e Criança, a UNICEF, a ADRASTP, onde estamos a realizar actividades de acompanhamento, tanto dos meninos como a família. O centro que vai ser construído é apenas para casos de emergência. Quando encontrarmos meninos na rua, vamos tentar saber o porquê e acolhê-los, fazer um trabalho juntamente com a família e depois e depois reintegrá-los na sua família. Esta é a política que vamos adoptar quanto ao problema de meninos de rua. Antes da construção do centro já temos em vista o aluguer de uma casa para acolhermos esses meninos, porque a rua não é o lugar onde devem estar e já estamos a preparar instrumentos legais para tomar medida com os pais que não têm responsabilidade com os filhos. Quando fazemos filhos temos que ter maternidade e paternidade responsável.

Acho que respondi a todas as questões.

A Sra. **Presidente**: — Queria agradecer o Governo na pessoa do Sr. Primeiro-Ministro.

Sras. e Srs. Deputados, temos mais dois inscritos e gostaria de dar a conhecer o tempo de cada grupo parlamentar, para que possamos continuar os trabalhos.

Portanto, o Deputado do MDFM-PL tem 1 minuto; o Grupo Parlamentar do PCD, 1 minuto; o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, 30 minutos; o Grupo Parlamentar da ADI, 90 minutos e o Governo tem 55 minutos.

Temos mais três Deputados inscritos.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Deolindo da Mata, para uma intervenção.

O Sr. **Deolindo da Mata** (MLSTP/PSD): — Sra. Vice-Presidente, acho que ainda fiquei com dúvidas. Penso que o Sr. Ministro das Finanças não percebeu bem aquilo que foi a minha preocupação e por isso vou repeti-la.

Pedi ao Sr. Ministro das Finanças que me explicasse o porquê, porque vimos no orçamento de 2011 uma verba no valor de 7 mil milhões de dobras para a reabilitação da Ponte São Nicolau. Agora vejo neste Orçamento uma verba de Dbs. 003 242 000 000 00 para a construção desta mesma ponte. Esta é que é a minha preocupação.

A Sra. **Presidente**: — Convido o Sr. Deputado José Viegas a fazer uso da palavra.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Evaristo Carvalho.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de fazer um comentário e duas observações.

A primeira observação, tem a ver com essa intervenção do Sr. Deputado Deolindo da Mata. Acho que o Sr. Ministro pode ter tido, nas GOP, um lapso de formulação e isso traz complicações, porque se no Orçamento de 2011 estava «reabilitação» e este ano está «construção», obviamente com um valor inferior a este ano, efectivamente traz complicações.

O Sr. Ministro disse que este ano houve reabilitação e que no próximo ano vão concluir, então, é «conclusão da reabilitação». É tão simples quanto isso, já nem haveria espaço para esse tipo de intervenção.

Segunda observação. Não estive presente, mas tive o cuidado de acompanhar a explicação que o Sr. Ministro deu, relativamente à grelha salarial. A minha intervenção agora é feita justamente no quadro do Regimento, artigo 231.º, ponto 3, alínea c). Mais uma vez, em relação a este assunto não vou pedir resposta, mas era só para lhe deixar também uma observação. A alteração da grelha salarial deve ser feita com a autorização da Assembleia Nacional. Em 2009, quando se fez isso, na proposta de lei que foi submetida à Assembleia já estava lá esse pedido de autorização.

Não vou falar mais disso e também não estou a exigir que responda. O que o Governo devia fazer não é um decreto, mas sim um decreto-lei, porque receberia uma autorização legislativa para o efeito. Receberia, se tivesse sido solicitado!

Um comentário. Ouvi o Sr. Ministro da Educação e gostaria de, aqui a este nível, felicitá-lo e a equipa desse Ministério pela realização do Fórum Nacional da Cultura. Acho que foi uma das coisas brilhantes e, estando a falar da Educação, gostaria de reiterar aqui uma coisa que o Sr. Ministro disse. Da mesma forma como se fez o Fórum da Cultura, acho que se devia fazer um fórum sobre a Educação sim. Um debate nacional alargado, com envolvimento de pessoas que têm que tomar decisões sobre a educação. Acho que o investimento que se faz, esse é um comentário pessoal e não vincula o meu Grupo Parlamentar, na educação deve ser uma prioridade nacional. Por isso acho desnecessárias as referências feitas sobre verbas, numa conjuntura de tanta dificuldade financeira.

Sabemos que temos que fazer contenção de despesas, há alguma verba que devia sair e reforçar a educação.

Também estou de acordo que, às vezes, a rentabilização dos recursos não é bem-feita, mas que a educação precisa mais, precisa mais. Há uma coisa também que temos que ver na educação. Há muito investimento na construção de salas de aulas. Agora, o problema não está no Ministério da Educação, o problema está nas obras públicas, quem fiscaliza as obras. Nessas salas de aulas, independentemente de ter um problema, que acho que se deve resolver, há muitos espaços reservados a gabinetes. Devia haver mais espaços para salas de aulas. Há o exemplo de algumas escolas, como por exemplo a de Java e é preciso falar de mais outras. Aquilo que se investe no espaço que não é para sala de aulas às vezes chega a ser superior. É preciso adoptar um modelo de salas de aulas que facilitem a diminuição de recursos.

Também há uma coisa que temos que reconhecer. Há problemas na educação, mas também temos ganhos. Acho que nos últimos anos a educação ganhou. Tudo é relativo, quando relacionamos a nossa educação ou o nosso ensino básico com outros. Não deixa de haver problemas. Obviamente há problemas que têm que ser resolvidos. O entendimento que tenho é que a educação tem que ser prioridade nacional. Para se convencer as pessoas que isso é prioridade nacional, é preciso que elas estejam familiarizadas com os problemas da educação e com a importância que esta tem para a nossa vida colectiva.

O que estou a dizer no é para agradar ninguém, mas estou a dizê-lo do fundo da minha alma e com alguma sustentação.

Sr. Ministro, gostaria de participar neste debate, quando for necessário.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Qual é o artigo do Regimento a que faz referência, Sr. Deputado?

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Ponto 3, alínea c), do artigo 231.º do Regimento.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Mas não é este o articulado!

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Não, falei em relação ao direito de reformular as perguntas feitas.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Mas não é neste âmbito!

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Não, mas tem a ver com a resposta que o Sr. Ministro deu sobre o aumento salarial. É neste âmbito!

Vozes do ADI: — O artigo 231.º não tem a ver com isso.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de pedir a sua indulgência, que o nosso Grupo Parlamentar gostaria de solicitar 10 minutos de suspensão para alguns acertos.

O Sr. **Presidente:** — Ainda há Deputados inscritos. A proposta é para já ou para depois desses inscritos?

Vozes do MLSTP/PSD: — É para agora.

O Sr. **Presidente:** — São três Deputados do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD que estão inscritos ainda.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Suspensão agora!

O Sr. **Presidente:** — A proposta é regimental, portanto, vamos conceder uma suspensão de 10 minutos, mas chamo a atenção que são rigorosamente 10 minutos, porque hoje é sábado e temos que acelerar os trabalhos.

Srs. Deputados, está suspensa a sessão.

Eram 13 horas e 50 minutos.

Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 14 horas e 20 minutos.

Srs. Deputados, já ultrapassamos as 14 horas, penso que o debate foi exaustivo, os esclarecimentos foram feitos e sugeria que fechássemos os debates, se assim o Plenário decidir.

Como diz a regra regimental, cada grupo parlamentar tem o direito de se pronunciar e depois o Governo encerraria os debates, para passarmos imediatamente à votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alcino, para uma intervenção.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A minha intervenção, mais uma vez, vai ser curta e breve.

É que ao longo das nossas discussões, um pouco com uma largura maior que nos outros anos, pôs-se muita tónica na especialidade. Mesmo por parte do Governo, senti a disponibilidade, a abertura para que, ao nível da discussão na especialidade, se possa trazer outras contribuições para que o Orçamento possa estar mais próximo do real, utilizando a própria expressão do documento.

Neste sentido, a minha intervenção tem como objecto realçar este aspecto e pedir que esta disponibilidade se mantenha. Acho que foi aqui reafirmado muitas vezes por vários membros do Governo e muito particularmente por S. Exa. o Sr. Primeiro-Ministro.

Deixo um apelo aos colegas Deputados, sobretudo aqueles que têm preocupações que foram aqui amplamente expendidas, que possam participar plenamente na análise e discussão na especialidade, porque a tradição, Sr. Presidente, é que depois a 2.ª Comissão fica remetida a ela própria mais os membros do Governo e gostaria que desta vez pudéssemos fazer a diferença, de forma que todas essas preocupações possam ser discutidas na especialidade com a presença dos membros do Governo das respectivas áreas e muito particularmente o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, para que se possa fazer aqueles ajustes possíveis, utilizando uma expressão que me é cara, sem descaracterizar o Orçamento do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, também gostaria de juntar a minha voz à dos outros Srs. Deputados e fazer um apelo para o futuro.

Durante estes 3 dias foram aqui levantadas algumas questões conceituais sobre generalidade e especialidade e muitos de nós temos opiniões diversas e seria bom, numa sessão especial, mais uma vez, ver a questão regimental e debruçarmo-nos um pouco sobre o que é uma discussão na generalidade e na especialidade. Digo isso porque durante estes 3 dias, na minha opinião, fugimos muito àquilo que diz o Regimento sobre a discussão na generalidade, tendo em conta que o Regimento e que mesmo o Sr. Presidente teve o cuidado de nos informar, quando disse que a discussão na generalidade versa sobre os princípios e sistema de cada projecto ou proposta de lei. Diz mais o Regimento, no artigo 161.º, ponto 4: «O debate compreende a apresentação da iniciativa pelo seu autor, a apresentação das conclusões do relatório pelo respectivo relator e pedidos de esclarecimento ou breves intervenções por cada grupo parlamentar.» É o Regimento que nós temos. Daí que eu volto a dizer que fiquei com a sensação de que muitas coisas que foram aqui ditas por vários Deputados deveriam ser ditas na especialidade e não na generalidade.

Faço este apelo para o próximo ano, de modo que, antes de chegar o dia da discussão e da votação, cheguemos a um consenso quanto ao que é uma discussão na especialidade e na generalidade.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há mais intervenções?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros. Peço que faça a sua intervenção de uma forma concisa, concreta e breve.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro indicou vários ministros para responderem aqui às questões, mas nenhum deles respondeu a duas questões que eu coloquei. A subvenção ou não do preço das passagens e alternativa para o problema de ligação marítima, uma vez que os navios estão a ser impedidos.

Devo lembrar a S. Exa. o Sr. Primeiro-Ministro que há um povo à espera dessa resposta, não sou eu, e esse povo merece todo respeito.

A Sra. Ministra da Saúde é do Príncipe, conhece as dificuldades que o povo do Príncipe vive, faz parte do Governo, por favor, ajude a resolver esse problema que tanto afecta aquele povo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, escutei atentamente o Sr. Ministro da Educação, quando fez referência ao orçamento do ISP, mas infelizmente o que está aqui para o mestrado são 4 mil milhões e somando com o actual orçamento são 19 mil milhões. De 19 para 25,

portanto, é um valor muito grande e vamos ter que ter muita paciência para, dentro das comissões, trabalharmos isso.

O Sr. **Presidente**: — Convido os grupos parlamentares, mas acho que já não têm tempo. Há um ponto de ordem.

O Sr. **Francisco Gula** (PCD): — Sr. Presidente, acho que o PCD ainda tem 1 minuto e eu quero usar esse tempo.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem a palavra.

O Sr. **Francisco Gula** (PCD): — Sr. Presidente, só queria apelar aos Deputados que fazem parte das comissões, porque na altura da discussão na especialidade eu gostaria de contar com a colaboração de todos de forma a encontrar, tal como disse o Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças, a possibilidade de ver uma verba para reabilitar a estrada da cidade de Santo António, que está toda esburacada.

O Sr. **Presidente**: — Como eu disse, dou por encerrada a inscrição e, seguindo o Regimento, os grupos parlamentares querem pronunciar-se. Temos que começar pelo menor grupo. Convido o Líder Parlamentar do PCD a fazer a sua declaração, como prevê o Regimento.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Chegamos ao fim deste debate. Face a tudo quanto foi levantado pelo nosso grupo parlamentar durante estes 3 dias, o esclarecimento do Governo não foi suficientemente claro, pelo que mantemos a nossa dúvida sobre a forma como o Governo irá pagar as amortizações fora do tecto orçamental, quer no projecto de lei quer na TOFE que nos foram apresentados.

A opção do Governo em duplicar verbas para viagens, quando estamos em plena crise financeira internacional, ao invés de investimentos no sector da Saúde para, por exemplo, comprar medicamentos ou no sector da Educação, para a melhoria da qualidade de ensino ou no sector produtivo da Agricultura e Pescas, para a compra de insumos e meios de produção agrícola e apetrechos de pesca, dentre outros, até mesmo para ajudar no aumento salarial; a notável inscrição de algumas verbas com montantes superiores ao acordado com os nossos parceiros de cooperação, facto que nos impõe algumas preocupações; a inexistência clara de um enquadramento lógico entre as GOP e o OGE, tal como estabelece o artigo 18.º da Lei do SAFE; a ausência de orçamento de algumas empresas públicas e instituições autónomas, com maior realce para o Banco Central e o Instituto de Segurança Social, que nos iriam permitir analisar minuciosamente o OGE, conhecendo a situação económica e financeira do País, em geral, dentre outros e demais aspectos, considerados de incoerência e insuficiência, até mesmo de incumprimento dos preceitos legais, leva-nos a aconselhar o Governo a proceder à reformulação destes instrumentos, de modo a compatibilizá-los entre si e adequá-los em consonância com as normas legais vigentes.

Doutro modo, não nos restará outras alternativas senão sermos consequentes, votando contra estes instrumentos e solicitar a prévia fiscalização dos outros órgãos competentes.

Aplausos do PCD e do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora convidar o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD a fazer o uso da palavra.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — S. Exa. Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Ilustres Sras. e Srs. Deputados: Ao usar da palavra na presente sessão plenária, permitam-me, antes de mais, dirigir uma saudação especial a esta augusta Assembleia, formulando votos de que Vossas Excelências, no pleno gozo de vossa saúde, possam brindar a Nação com a vossa entrega e o vosso saber, conducentes à plena satisfação dos superiores interesses do nosso povo.

Iniciamos há 3 dias a discussão das GOP e do OGE para o ano de 2012, num momento singular no mundo, onde as perturbações de índole financeira vêm ditando as alterações políticas e económicas em várias nações com particular relevo nos países da União Europeia.

Essa crise financeira que está actualmente no centro das preocupações dos governos e instituições do mundo inteiro dilacera, no entanto, com mais incidência as economias dos países menos avançados.

Por outro lado, é preocupante constatar-se que as economias mais avançadas, sobretudo as inseridas na zona euro não têm sido capazes de criar antídotos duradouros, capazes de solucionar os problemas criados à volta da dívida soberana, o que tem provocado uma grande pressão sobre o euro.

São Tomé e Príncipe, por ter grande parte da sua actividade económica alicerçada nos laços de cooperação com esses países, nomeadamente Portugal, através do qual a nossa moeda está ancorada ao euro, julgamos que se torna necessário e urgente produzir uma profunda reflexão sobre os seus contornos e impactos na economia nacional.

As perturbações que têm acontecido na zona euro, fruto da grande pressão dos mercados, poderão afectar de uma forma directa os indicadores macroeconómicos da nossa débil economia.

Deste modo, como já aqui foi suficientemente enfatizado por outros Srs. Deputados, toda a projecção macroeconómica deveria ser feita com muita prudência e mais do que nunca com muita imaginação, para que a consequente gestão dos recursos arrecadados minimize os sacrifícios que serão uma vez mais impostos à nossa população, cada vez mais difíceis de serem suportados.

Com efeito, ficou aqui provado que não houve por parte do Governo tal prudência na preparação da presente proposta de Orçamento. A maneira como ele foi formulado, bem como as GOP para 2012 mereceu por parte dos Srs. Deputados uma reacção na justa medida das incoerências encontradas nos dois documentos.

Conseguiu-se aqui provar numa franca e aberta discussão que há necessidade de se reequacionar verbas, montantes, rubricas e até mesmo políticas como forma de se encontrar um documento consensual, o quanto possível, de forma que a sua execução possa ser feita sem grandes sobressaltos.

A apreciação feita nesses 3 dias de discussão leva-nos a crer que o Governo não consegue apresentar ao País soluções inovadoras que nos permitam vislumbrar algum rumo para o desenvolvimento sustentado e equilibrado da nossa economia. Ao invés disso, o Governo da ADI limitou-se a dar continuidade aos projectos apresentados pelo anterior governo liderado pelo MLSTP/PSD, sendo a ilustrar: reestruturação do Porto de Ana Chaves; guiché único; modernização do Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe; instalação do cabo submarino; incentivos à produção do cacau e apoio aos pequenos agricultores; reforço do sistema judiciário; reforma do sistema educativo, dentre outras acções que com alarde e fanfarras o Governo se apropriou como seus.

Por não ter imaginado e sem apresentar uma outra opção, foi com surpresa que assistimos ao abandono de projectos estruturantes como a construção do porto de águas profundas e actividades das zonas franca. A falta desta opção resulta numa clara demonstração de inépcia e de carência de uma visão estratégica para a modernização do País.

Há evidência também de uma profunda falta de respeito para com os mais desfavorecidos, quando, ao se assistir na prática uma contínua e profunda degradação de custo de vida da nossa população, consubstanciado pela subida de preços dos principais bens da primeira necessidade, o Governo veio apresentar indicadores que apontam no sentido contrário. Esses indicadores apresentados pelo Governo como crescimento económico de 5.5% e a inflação de 6%, são dados que não merecem credibilidade, tendo em conta que são baseados em pressupostos que nos parecem muito pouco credíveis.

O investimento directo estrangeiro que o Governo da ADI herdou dos projectos apresentados pelo anterior governo liderado pelo MLSTP/PSD não serão suficientes para sustentar os dados apresentados, tendo em conta que no sentido contrário esta ajuda externa aos projectos de desenvolvimento conhecerão uma diminuição significativa devido a crise financeira mundial.

Para justificar o nível de inflação para o ano de 2012, o Governo evocou o abrandamento dos preços das matérias-primas e dos produtos alimentares no mercado internacional, o que quanto a nós não será verdade, pois não têm razões sustentáveis. Por outro lado, a incerteza quanto ao desfecho da crise financeira na zona euro constituir-se-á, nos próximos tempos, um importante elemento a ter em conta.

Paradoxalmente o turismo que é apontado por todos como tendo um grande potencial de crescimento e que poderia no futuro funcionar como um sector estruturante da nossa economia foi relegado para um patamar insignificante.

Assiste-se a um expediente, quanto a nós, despesista quando se pretende criar apressadamente estruturas que não trazem qualquer alteração no quadro actual do organismo público e que tutela este sector, o que denota, como em todos os sectores, a ausência de estratégias consentâneas com o actual estado de economia mundial.

Em contrapartida reconhece-se uma tentativa imprudente do Governo quando pretende afectar aos detalhes recursos, cerca de 2 milhões de dólares, à Secretaria de Estado da Juventude e Desporto e ao Ministério do Plano e Desenvolvimento com o único propósito de satisfazer a sua clientela política.

Os desafios que hoje são postos aos países menos avançados, como é o caso de São Tomé e Príncipe, exigem dos governos busca de diálogo permanente com as forças políticas e a sociedade civil. No entanto, e ao contrário do que seria de esperar, o Governo tem adoptado uma postura arrogante com persistência e propaganda nos órgãos estatais de comunicação social, elegendo a falta de diálogo e a perseguição política, baseada na cor política partidária, como a principal marca da sua actuação. Só assim explica a nomeação de vários directores à margem da legislação vigente e cujos vistos foram negados pelo Tribunal de Contas.

O Governo da ADI tem utilizado como chavão da sua governação a expressão «mudar São Tomé e Príncipe», sendo as GOP e o OGE instrumentos de políticas fundamentais para se atingir este desiderato. A pergunta que se impõe fazer é a seguinte: Qual é a marca que o Governo da ADI irá deixar para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe?

Durante a campanha eleitoral, o slogan mais ouvido foi «deixa-nos trabalhar». De facto toda a sociedade, sem excepção; forças políticas e a sociedade civil corresponderam ao apelo, dando ao Governo o benefício da dúvida, atribuindo-lhe um espaço de graça, jamais antes concedido a nenhum outro.

O Governo não aproveitou a conjuntura política interna favorável e numa atitude que denota um desperdício de energia mergulhou-se numa tentativa vã de silenciar as opiniões que não lhe são favoráveis, controlando de forma abusiva toda a comunicação social, com o epicentro na TVS, como ficou demonstrado durante o debate parlamentar ocorrido por iniciativa do nosso Grupo Parlamentar.

Quanto ao combate à corrupção, o principal cavalo de batalha do Governo da ADI, «a montanha parece ter parido rato». Com efeito, se compararmos os montantes propostos para o poder judiciário com os que se apresentam no Orçamento do presente ano, associado ao facto de termos hoje um aumento significativo do número de magistrados judiciais, constata-se que se pretende enfraquecer o sector e não reforçá-lo.

Após inúmeras intervenções aqui registadas pelos Deputados da oposição e até mesmo alguns do Grupo Parlamentar do partido que sustenta o Governo, podemos assim concluir que este Orçamento, tal como é apresentado, não serve as exigentes necessidades do nosso povo. Desta forma, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD irá abster-se a este Orçamento.

Para o MLSTP/PSD, enquanto maior partido da oposição, com elevada e acrescida responsabilidade política nos desígnios da Nação, embora avesso a crises políticas, não abdicará nunca do seu papel histórico que o impõe protagonizar uma oposição responsável sempre quando achar que esta está a ser relegado para o segundo plano a defesa dos interesses desta população, que maioritariamente vive no limiar da pobreza.

Viva a democracia, viva São Tomé e Príncipe e muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete, para a declaração do ADI.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Excelência Sr. Presidente, Excelência Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministro, Sras. e Srs. Deputados: Primeiramente gostaria de felicitar o Governo pelas propostas ora apresentadas e encorajá-lo a seguir, dando provas que é possível mudar São Tomé e Príncipe, mas para atingirmos essa mudança é preciso muito esforço e muito trabalho, combatendo desde logo a corrupção, um dos grandes males que afectam a nossa sociedade.

Ouvimos ontem muitos a darem lições de como devem ser feitos os orçamentos. Com tantos especialistas de orçamento em São Tomé e Príncipe, devíamos ser o melhor país do mundo, o que não é verdade. Em regimes democráticos como o nosso, começa a ser um ritual que por essa altura se proceda à análise e aprovação das GOP e do OGE, dois instrumentos fundamentais para a governação. Este é o segundo documento desta nova maioria sufragada em Agosto de 2010 e apesar de ser relativa pretende demonstrar na prática que é possível ter um caminho melhor e ter-se uma visão para São Tomé e Príncipe. Essa nova visão baseia-se fundamentalmente nas intervenções que serão efectuadas de forma a: melhorar a gestão da Administração Pública; consolidar as reformas em curso; consolidar a estabilidade macroeconómica; fomentar o crescimento do sector produtivo da economia; melhorar as infra-estruturas económicas; credibilizar a justiça e promover acções que visem a igualdade de oportunidade e de solidariedade para os que mais necessitam.

O caminho que escolhemos é de trabalho e mesmo muito trabalho, de forma a rentabilizar melhor os recursos que são postos à nossa disposição pelos nossos parceiros de desenvolvimento, que actualmente atravessam uma das maiores crises. Também sabemos que só nos momentos de crise é que surgem melhores oportunidades e estas oportunidades é que a ADI, o seu Governo e o seu grupo parlamentar não querem deixar escapar. Por isso, estamos dispostos a tudo fazer para levar esse projecto que é mudar São Tomé e Príncipe e, mais uma vez, solicitamos a colaboração de todos para essa grande tarefa.

Srs. Deputados, nota-se que cerca de 92% do Programa de Investimento Público é assegurado por investimento externo, cabendo a financiamento interno, incluindo Fundo HIPIC, assegurando os restantes 8%. Esta relação demonstra a fragilidade do País, no que concerne a sua dependência face aos seus parceiros bilaterais e multilaterais na implementação das suas acções. Não obstante todos esses constrangimentos, já é notório o empenhamento deste Governo em mudar São Tomé e Príncipe. É uma missão espinhosa e difícil. Pois que a resistência a reformas tem sido um entrave. Os anos foram passando e criaram-se hábitos e vícios que ao serem cortados causaram frustrações enormes.

Ontem ouvi dizer: «a vida está difícil». As dificuldades existem e têm que ser enfrentadas com coragem e optimismo, mas vale a pena enfrentá-las e ganhar força para as ultrapassar. Trata-se também de uma oportunidade para fazermos as coisas de modo diferente e com eficiência. O sucesso tem a ver muito com o ponto de partida.

Diversas vezes ouvimos dizer que o País está bem, mas não foi essa a realidade que encontramos. O mais importante é ter coragem suficiente para prosseguir de forma a devolver ao povo de São Tomé e Príncipe uma vida melhor, com melhor justiça e igualdade de oportunidade.

Este Orçamento deve servir de um instrumento importantíssimo para que o Governo possa levar a cabo as suas acções.

Agradecemos todas as contribuições que visão o melhoramento, pois só com o esforço e entrega de todos podemos mudar São Tomé e Príncipe.

Viva o povo de São Tomé e Príncipe.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Agora convido S. Exa. o Sr. Primeiro-Ministro a se pronunciar, para o encerramento deste debate.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. Deputadas e Srs. Deputados: Em nome do Governo eu queria agradecer a todos pela participação. Foram 3 dias úteis para todos os são-tomenses, particularmente para o Governo e espero que possamos continuar a discutir na especialidade quer o OGE quer as GOP e que essa discussão possa elucidar ainda mais os Deputados sobre as intenções do Governo, análise que faz da situação económica e social do País e as opções que considera mais adequadas para 2012, no sentido de paulatinamente mudarmos São Tomé e Príncipe.

Quero aproveitar essa oportunidade para agradecer a todos da Administração Central do Estado, os nossos parceiros, consultores internacionais que nos ajudaram também a construir estes dois documentos com coerência e formatura técnica necessárias e reconhecida segundo as normas internacional, porque na realidade nenhum governo, mas nenhum governo em São Tomé e Príncipe, país extremamente dependente da ajuda internacional, pode ter a falsa modéstia de pensar que constrói um orçamento sem o apoio externo e sem a validação externa também.

O OGE e as GOP têm que estar, de uma certa maneira, também em consonância com aquilo que são as exigências dos nossos parceiros internacionais. Por isso mesmo como são-tomenses e tomando em conta as nossas expectativas legítimas, o OGE e as GOP nunca podem ser perfeitos e ideais e nunca poderão resolver todos os problemas em 1 ano. Foi o caso dos outros OGE, é o caso deste e será ainda para alguns anos. O que podemos dizer é que estamos disponíveis, tomamos boas notas das observações, das críticas, das contribuições e também de algumas sugestões em termos de ambiente político, mas não é aqui que iremos responder nem discutir essa matéria. Queremos dizer isto, porque temos responsabilidades hoje, e porque foi dito aqui que nenhum governo, consciente e voluntariamente, estaria a trabalhar contra São Tomé e Príncipe. Por conseguinte, queremos manifestar a nossa abertura total na base de princípios e da vontade política de mudar São Tomé e Príncipe, na base de não voltar sempre a falar no passado, mas que o que foi mal no passado não volte a acontecer; a nossa disponibilidade para dar o nosso modesto contributo também ao clima político e ao relacionamento político no nosso país, o País de nós todos.

Mais uma vez muito obrigado.

Nós nos submetemos, como é em democracia, à vontade da Casa Parlamentar e reiteramos aqui a nossa disponibilidade para, na especialidade, continuarmos a discutir em detalhes concretamente e defender aquilo que achamos que é melhor para São Tomé e Príncipe. Quando digo nós, não é o Governo, não é um homem, mas sim também uma maioria, nem que seja relativa, dos são-tomenses que acreditaram na nossa proposta para São Tomé e Príncipe.

Aplausos do ADI e dos Membros do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Posto isto, vamos seguidamente pôr à votação as duas propostas.

O Sr. Secretário Sebastião Pinheiro pediu 1 minuto para se ausentar.

Uma Voz: — *Que necessidade?*

O Sr. **Presidente**: — Necessidade fisiológica.

Uma Voz: — *Vamos esperá-lo?*

O Sr. **Presidente**: — Ele pediu, porque quer votar e faz falta, porque vai registar os votos.

Em primeiro lugar, vamos votar a proposta de lei sobre as GOP e depois a proposta do OGE.
Há uma chamada de atenção, porque a Mesa não está completa.
O que é que aconteceu ao Sr. Deputado Sebastião Pinheiro?
Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para um ponto de ordem.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, peço para avançarmos, porque segundo o Regimento não estando o Secretário, avança o Vice-secretário e não estando este chama-se o Deputado mais novo. Temos que avançar. Esta é a minha proposta.

Não podemos ficar aqui à espera 5, 10, 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Não há nenhum Vice-secretário na Sala? Então vem o Deputado mais novo. Assim, vamos à votação da proposta das GOP.

Vozes: — *A Mesa agora só tem membros do ADI.*

O Sr. **Presidente**: — Ah! Também só tem ADI na Mesa, mas o Sr. Deputado Deolindo da Mata não pode vir?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, mais uma vez, peço para avançarmos. Modéstia à parte, mas não estamos a dar uma boa imagem. Temos que cumprir o Regimento. O Regimento diz que na ausência do Secretário chama-se o Vice-secretário. Não estando este, chama-se o deputado mais novo. Não diz se é de um grupo ou doutro. Então, cumprimos o Regimento ou o alteramos mais uma vez.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco, para uma intervenção.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, por várias razões, apoio de maneira absoluta a proposta do Sr. Deputado Levy, porque ficaremos todos a ganhar.

O Sr. **Presidente**: — Chamo a Sra. Deputada Isabel Domingos para ocupar o lugar na Mesa. Srs. Deputados, passamos à votação da proposta de lei das GOP.

Submetida à votação, foi aprovada com 27 votos a favor, 6 votos contra e 19 abstenções.

Portanto, a proposta do OGE está aprovada.
Passamos à votação da proposta de lei do OGE.

Submetida à votação, foi aprovada com 27 votos a favor, 6 votos contra e 19 abstenções.

Portanto, as propostas de lei do OGE e das GOP estão aprovadas, na generalidade.
Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

Eram 15 horas e 15 minutos.